

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 086

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 059ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE JUNHO DE 2001**
(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Nós, abaixo assinados, deputados estaduais da bancada do PTB, indicamos à Mesa Executiva como

novo líder da bancada petebista, a partir desta data, o deputado Carlos Simões.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a seguir:

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO, VALDIR ROSSONI, CARLOS SIMÕES, ADEMAR TRAIANO, ALGACI TULIO, LUIZ ACCORSI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, RICARDO CHAB e TIAGO AMORIM.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1967

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência no trâmite do Projeto de Lei nº 123/2001, que dispõe sobre créditos tributários ao IPVA, as multas de trânsito estaduais e a taxa de estadia do Detran, de autoria deste parlamentar.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1969

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 370/2000, de sua autoria, que dispõe sobre a instalação de equipamentos de aquecedores a gás e a respectiva fiscalização no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1995

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei nº 219/2001, item 03 da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2001

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 030/2000, item 06, em 1ª discussão, de autoria do nobre deputado Pastor Edson Praczyk, constante da ordem do dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2002

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 343/2000, item 10, em 1ª discussão, de autoria do nobre deputado Pastor Edson Praczyk, constante da ordem do dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2003

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada do Projeto de Lei nº 129/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que altera a redação da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995 por 05 (cinco) sessões, item nº 07 da presente Sessão Ordinária.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1992

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de presidente da Comissão de Redação, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 88/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que altera a redação do artigo 2º da Lei nº 11.182/95, aos Projetos de Lei nºs 129/2000 e 176/2000, que tratam da mesma matéria e que se encontram na Ordem do Dia de hoje.

O Projeto de Lei nº 88/2001 foi recebido pela Comissão de Redação para análise e parecer da mesma, e é necessário que, após a aprovação dos Projetos de Lei de nºs 129/2000 e 176/2000 pelo Plenário, se faça a anexação para que a Comissão possa apresentar um só redação final.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1998

Senhor Presidente.

O deputado estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no artigo 107, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido os parlamentares desta Casa, a transformação do Plenário desta Assembléia Legislativa em Comissão Geral, para o fim precípuo de analisar e deliberar sobre o projeto de resolução de constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema de Telefonia, na Sessão Ordinária do dia 20 de junho do corrente, às 14h00.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Serafina Carrilho, Plauto Miró Guimarães, Tony Garcia, Cezar Silvestri, Durval Amaral, Luiz Carlos Zuk, Waldyr Pugliesi, Algaci Tulio, Hermes Fonseca, Divanir Braz Palma e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 1997

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER que a Comissão de Orçamento desta Casa de Leis inclua no artigo 19, do Projeto de Lei nº 135/2001, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2002, o seguinte:

Parágrafo Único - O valor de receita prevista no *caput* deste artigo inclui os impactos decorrentes de renúncias fiscais oriundas de modificações na Legislação Tributária incidente sobre a comercialização de aves, suínos, bovinos e seus derivados, ocorridas antes ou após a promulgação desta lei.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A proposta do Projeto de Lei nº 219/2001, implica em renúncia de receita pelo Tesouro Estadual, visto que o § 1º do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000, define renúncia de receita como sendo anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquotas ou modificação na base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Assim sendo, o presente requerimento tem o objetivo de fazer ajustes do assunto em questão incluindo o parágrafo único do artigo 19, da LDO.

REQUERIMENTO Nº 2000

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER ao Excelentíssimo deputado Hermas Brandão, Digníssimo presidente desta Casa de Leis, que faça cumprir o que consta na Constituição Estadual em seu artigo 55, parágrafo único, referente às informações não prestadas a este Poder, pelo Governo do Paraná e suas Secretarias de Estado, REQUERIDAS por este parlamentar, conforme anexos.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1979

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido

o douto Plenário, pagamento de passagem aérea e diária para participar de audiência com o ministro Pratini de Moraes, secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Antonio Leonel Poloni, representantes da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e das Organizações das Cooperativas do Paraná, dia 04 de julho próximo, na cidade de Brasília, ocasião em que serão reivindicados recursos para implementação do programa Arenito Caiuá, cujo projeto é de autoria deste parlamentar.

Sala das Sessões, em 19.06.2001

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1973

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Air Antonio Lazzari, ocorrido dia 14 do corrente, no município de Clevelândia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.06.2001

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 47 anos de idade, faleceu dia 14 do corrente, em Clevelândia, o senhor Air Antonio Lazzari.

Deixou viúva dona Lurdes Baldo Lazzari e dois filhos.

Air Antonio era empresário na área mecânica na cidade de Clevelândia, sendo pessoa bem relacionada. Portanto, seu desaparecimento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este parlamentar.

O destino roubou ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos, restando, todavia, um consolo: a certeza de que viveu uma vida dedicada à família, aos seus amigos e ao trabalho.

É indeclinável dever honrar aqueles que por seus méritos fizeram jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes. Quanto mais quando se trata de alguém como o Air, que por seus esforços tudo fez pela sociedade clevelandense.

A população de Clevelândia compareceu em grande quantidade ao velório e ao sepultamento, prestando sua última homenagem ao Air que, embora não corresponda à magnitude e à grandeza de seus méritos, servirá, todavia, para testemunhar toda nossa gratidão.

Descanse, pois, amigo Air, na certeza de que deixou em cada habitante clevelandense, um admirador e um amigo.

Que Deus, na sua infinita bondade, restitua-lhe na outra vida, o muito que fez em favor dos menos favorecidos pela sorte.

REQUERIMENTO Nº 1977

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar ao vereador Alcides Quevedo, bem como a todos os familiares, pelo falecimento do senhor José Quevedo, do município de São João-PR.

Sala das Sessões, em 19.06.2001

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor José Quevedo, deixou consternada toda a população de São João. Há muito anos no município, pai e avô exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção e honestidade.

As pessoas que convivem com o senhor José Quevedo, são testemunhas da sua benevolência e da sua integridade, grangeando com isso uma legião de amigos e admiradores.

Por tudo isso, através deste parlamentar, a Assembleia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Quevedo e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1978

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Edésio Lopes, ocorrido no dia 18 de junho do corrente, em Jardim Alegre - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência a seus familiares, através de sua esposa, senhora Clarita Lopes, e aos filhos Tarley e Ednilson Lopes, através de correspondência a ser encaminhada à Rua D. Pedro I, s/n - CEP: 86860-000 - Jardim Alegre-PR.

Sala das Sessões, em 19.06.2001

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1985

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta colenda Casa de Leis, votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Targina Áurea dos Santos, aos 100 anos de vida.

Pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos

de pesar de sua família. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 19.06.2001

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1987

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta colenda Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Onésimo Melício de Mello, aos 73 anos de vida.

Pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de sua família. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 19.06.2001

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1970

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao jornalista e repórter da TV Imagem do Nordeste, de Paranaíba, afiliada da Rede Globo, Sandro Ivanowski, pelo heróico ato de salvamento, no último dia 11 de junho, da dona-de-casa, Jane Batista e sua filha de dois anos, que viviam iminente risco de morte por afogamento.

Requer, outrossim, que o presente voto de congratulações e aplausos seja extensivo ao repórter cinematográfico Robson Jardim e ao técnico Adenildo Oliveira, que compunham, com o repórter, a equipe de reportagem e cuja atuação foi determinante para o salvamento e seu registro, bem como a comunicação do feito aos agraciados com o presente voto de congratulações e aplausos, ao chefe de redação da TV Imagem, Renato Biondi; ao gerente geral da TV Imagem, Ney Emílio Braga Alves; ao diretor de jornalismo da Rede Paranaense de Comunicação, Wilson Serra; e ao diretor-presidente da Rede Paranaense de Comunicação, doutor Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 19.06.2001

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Ainda que seja de conhecimento de poucos, a vida dos jornalistas e suas equipes invariavelmente sofre perigos devido à quase constante exposição ao perigo a que se encontram no exercício da profissão. Na cobertura da violência urbana cotidiana, por exemplo, o repórter e sua equipe estão mais expostos ao perigo que a esmagadora maioria das pessoas porventura envolvidas, pois a eles cumpre captar todos os momentos e elementos decorrentes da situação, que vão desde a melhor informação, que dará o tom de “furo” de reportagem, normalmente extra-

ída de uma das partes diretamente envolvidas, até a melhor imagem. Para obtê-las, o profissional comprometido com o verdadeiro jornalismo, leva às últimas consequências, os perigos à própria vida. Deste destemor decorrem, até com relativa frequência, mortes de jornalistas e integrantes de suas equipes. Temos relatos e situações que levaram à morte profissionais da comunicação nas situações de guerra entre países, guerras internas, conflitos sociais armados, assassinatos por narcotraficantes e outros tipos criminosos, quando não por outras razões, como políticas.

Portanto, a vida do profissional da comunicação corre riscos decorrentes do seu próprio exercício. Só por isso estes profissionais já merecerem nosso apreço e consideração. Entretanto, quando estes profissionais arriscam a própria vida em ato de solidariedade humana, raro, como o vivenciado pelos três profissionais objetos da homenagem do presente requerimento, devemos não apenas redobrar-lhes o valor, como, e acima de tudo e mais do que nunca, acreditar que a boa vontade dos homens ainda triunfará sobre todos os aspectos negativos da existência humana e apontará em direção da construção de novos conceitos de civilização, cujo respeito à vida seja o centro de tudo.

O ato destes três profissionais, especialmente o do repórter Sandro Ivanowski, que seguramente não pensou na própria vida ao, resolutamente, decidir pelo salvamento de mãe e filha, merece figurar entre os exemplos humanos que têm por clamor a compaixão e o amor ao próximo, talvez o mais nobre mandamento cristão, vez que ele não distingue este próximo. O ato dos homenageados foi, em suma, um exemplo ímpar de amor ao próximo.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1972

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de votos de congratulações e aplausos aos organizadores da VI Festa Ambiental do Sul do Paraná, realizada dia 09 do corrente no município de Antonio Olinto.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo senhor José Cleomar Machiavelli, prefeito municipal; ao vice-prefeito, senhor Rogério Milléo, assim como a todos os senhores vereadores; ao doutor Neumar Irineu Wolff - chefe regional do IAP-União da Vitória e à doutora Rosicler M. Martinuv - chefe regional NRE-União da Vitória, para que recebam as homenagens do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.06.2001

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Há seis anos, na Semana do Meio Ambiente, o Instituto Ambiental do Paraná, o Núcleo Regional de Educa-

ção e os prefeitos municipais do Sul do Paraná, realizam a Festa Ambiental com o objetivo de conscientizar e envolver a população nas questões que dizem respeito à preservação do meio ambiente.

Este ano o município escolhido foi Antonio Olinto.

É notória a fragilidade da natureza diante das ocupações humanas em todos os recantos. Por isso, entendemos que nossa política de ação e enfrentamento das questões ambientais em nosso Estado, passa, antes de tudo, por uma visão detalhada pelos municípios, calçado principalmente na nossa realidade sócio-econômica e não simplesmente da forma mais fácil e não na causa maior da problemática ambiental, muito mais complexa, porém, quando identificadas e decifradas são solucionáveis e neutralizadas, possibilitando a recuperação do meio ambiente, com lições comunitárias verdadeiras.

Finalmente congratulamo-nos efusivamente com os organizadores da VI Festa Ambiental do Sul do Paraná realizada em Antonio Olinto.

REQUERIMENTO Nº 1975

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de votos de congratulações e aplausos ao município de Santa Isabel do Ivaí, pela passagem de seus 49 anos de emancipação política

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo senhor Adão de Almeida Ramos, prefeito municipal; ao vice-prefeito, senhor Antonio Borges, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 19.06.2001

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população de Santa Isabel do Ivaí irá comemorar o transcurso do seu 49º aniversário de emancipação política, no próximo dia 02/07/2001, e continua sendo a mesma cidade aberta e hospitaleira, caminhando a passos largos em direção ao progresso, rumo ao seu objetivo maior que é proporcionar cada vez mais melhores condições de vida à população.

Portanto, com esta proposição, parabenizamos o povo sincero e amigo de Santa Isabel do Ivaí, na certeza de que tudo o que já foi conquistado ao longo desses anos é o resultado do incessante trabalho de toda a população que sempre lutou por dias melhores.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, reafirma sua confiança na população de Santa Isabel do Ivaí e cumprimenta a todos nesta significativa data.

REQUERIMENTO Nº 1976

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao Jornal do Estado pela passagem de seus 18 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao seu diretor-presidente, jornalista Rodrigo Barrozo, para que receba e transmita aos demais diretores, jornalistas, colaboradores e funcionários, as homenagens do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Jornal do Estado, completou ontem, 18 anos de existência, fundado pelo saudoso jornalista Roberto Barrozo Filho. Sabemos que fundar um jornal é instalar um farol. Com efeito, qual é o destino de um farol? Alertar sobre um perigo o navio que singra os mares, ou nortear-lhe a rota a seguir. Assim o jornal mostra ao povo os perigos que o ameaçam, ao mesmo tempo que aconselha a orientação a seguir.

Grande é, pois, a responsabilidade que assume um jornal perante o público.

O jornal é, sem dúvida, nos tempos modernos, a maior força que a mão do homem já empunhou.

O Jornal do Estado, comandado pelo jovem jornalista Rodrigo Barrozo, tem para com seu público deveres de continuar a luta de seu fundador, Roberto Barrozo Filho, órgão essencialmente informativo, a ele cabendo colocar seus leitores a par dos acontecimentos sem os deturpar ou alterar.

Que seus dirigentes se inspirem sempre nos exemplos de seu fundador, são os sinceros votos que desejamos com os nossos aplausos calorosos pelo aniversário.

REQUERIMENTO Nº 1980

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal do Estado, pela comemoração de seus 18 anos.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal do Estado comemorou seus 18 anos de fundação.

Fundado em 1983 pelo jornalista Roberto Barrozo Filho, o Jornal do Estado circulou pela primeira vez em 17 de junho daquela ano.

Iniciando seus trabalhos com apenas 50 funcionários, o Jornal Diário tinha 16 páginas. Atualmente o Jornal do Estado conta com 100 funcionários e o jornal chega ao leitor com 30 páginas, em média.

Inicialmente em preto e branco, em 1996 foi importada uma nova máquina rotativa, o que possibilitou

a impressão de páginas coloridas e a primeira edição em cores foi lançada em 11 de abril de 1996.

O Jornal do Estado tornou-se um símbolo dos paranaenses. Estamos acostumados a tê-lo em nosso meio, pois é referência em comunicação e informação, tendo se transformado em órgão de representatividade de luta pelas conquistas de todos e de cada um dos paranaenses, que nele têm um verdadeiro instrumento de conquista sociais, seja através das muitas campanhas que divulga, seja através das muitas publicações importantes, sempre com a mesma filosofia de trabalho - a verdade, doa a quem doer, ou a divulgação dos mais importantes temas na nossa atualidade ou ainda através do resgate da história do nosso Paraná.

Com uma equipe altamente capacitada, traz diariamente estampado em suas páginas o resultado do trabalho atento e constante dos que o fazem. De leitura fácil, com diagramação que permite a eficiência de seus manuseio, o Jornal do Estado está em todos os lugares onde vamos, nas mãos de todas as faixas sociais - é comum ver o "jornal azul" passando de mão em mão nos locais de trabalho, em baixo do braço do trabalhador que vai no Ligeirinho, disputado nos cafezinhos da nossa Capital, nas mãos de quem tem seu sapato engraxado na Rua XV, em cima da mesa dos grandes empresários, já amarfanhado no final do dia, nos meios políticos, enfim, é nosso companheiro inseparável; é nossa referência, já que sua opinião de respeitável veículo de comunicação é das mais precisas e respeitadas em todos os lugares.

É defensor implacável do nosso povo, da nossa terra, do nosso meio ambiente. Esteve presente em todos os acontecimentos, dando-lhes cobertura e sua equipe, alvo dos mais elevados elogios foi responsável por reportagens que demonstrou a real dimensão dos problemas ecológicos, ambientais, sociais, dentre tantos que enfrenta o nosso Paraná.

Ao Jornal do Estado, através de seus diretor, Rodrigo Barrozo, (Rua Doutor Roberto Barrozo, 22 - Centro Cívico - 80530-120 - Curitiba - PR), pela comemoração dos seus 18 anos, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1981

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Londrina - ACIL, pela comemoração de seus 64 anos.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Industrial de Londrina - ACIL, comemorou seus 64 anos de fundação.

A instituição tinha apenas sete anos quando empossou sua primeira diretoria, sendo o seu primeiro presidente, David Dequech, proprietário da Casa Central

de Tecidos e Cereais. A ACIL foi uma das primeiras organizações a influenciar diretamente o desenvolvimento econômico e político da cidade de mil habitantes, numa época que não havia telefonia nem iluminação.

Londrina cresceu e a ACIL, sempre ao lado de sua cidade, tem atualmente em seu balanço muitas campanhas que resultaram em conquistas como a instalação do Colégio Marista, a construção da Santa Casa, e ponte sobre o rio Tibagi e Aeroporto.

A ACIL tem um importante papel participativo no desenvolvimento não só comercial e industrial mas também social de Londrina.

Pela comemoração de seus gloriosos 64 anos, receba a Associação Comercial e Industrial de Londrina - ACIL, através de seu presidente, George Hiraiwa (Rua Minas Gérias, 297 - 1º andar - 80010-905 - Londrina/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1986

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplausos ao casal José Dirceu de Lima e Juraci de Fátima de Lima, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Prata". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar, vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta colenda Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1988

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos, de votos de congratulações ao doutor Carlos Roberto Antunes dos Santos, pela sua eleição (por unanimidade) e posse como presidente da Andifes.

A Andifes é a associação que reúne os reitores das instituições federais de ensino superior e principal interlocutora com governo federal e entidades ligadas ao ensino superior nacional e estrangeiro.

A eleição do reitor, doutor Carlos Roberto Antunes dos Santos, representa o reconhecimento do trabalho de todo o corpo funcional da Universidade Federal do Paraná e coloca o Paraná em nível de destaque no cenário nacional.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua XV de Novembro, 1299 - 80060.000 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1999

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao senhor Jaime Luis Basso, prefeito municipal de Céu Azul e ao senhor Jorge Rieger, presidente da Câmara Municipal de Céu Azul, pela realização da audiência pública sobre a duplicação da BR-277.

Requer ainda, que desta decisão, sejam cientificados os respectivos homenageados, nos seguintes endereços: Prefeitura Municipal de Céu Azul - Rua Nilo Umberto Deitos, 1426 - CEP 85840-000, fone (045) 266-1122; e à Câmara Municipal de Céu Azul, Rua Nilo Umberto Deitos, 1475 - CEP 85840-000, fone (045) 266-1272 - Céu Azul - PR.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

Em 24 de maio do corrente ano foi realizado no município de Céu Azul, uma audiência pública referente à duplicação da BR-277.

Neste ano de extrema competência de cidadania e democracia, fiquei profundamente impressionado pela força que um povo pode empreender diante de uma justa reivindicação. O resultado não poderia ser outro, a comunidade de Céu Azul tendo na frente suas lideranças políticas e comunitárias conseguiu seu objetivo; a duplicação da BR-277 não prejudicará a cidade e preservará o meio ambiente.

Em todas as oportunidade tenho me manifestado e referendado sobre o exemplo da luta de um povo que tem altivez e sabe o que quer e o que é bom para todos.

Desta forma, gostaria de parabenizar este encontro realizado no Anfiteatro do Centro Cultural Social e Esportivo Ivar Ranzi, com as entidades organizadas de Céu Azul e as demais entidades que participaram desta audiência, solicitando, para tanto, o voto favorável dos nobres pares, para realizar esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 1965

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor ao doutor César Roberto Franco, diretor geral do Departamento de

Trânsito do Paraná - Detran, pelo importante trabalho que vem desenvolvendo na direção daquele Departamento Estadual de Trânsito.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Nosso requerimento para envio de votos de louvor ao doutor César Roberto Franco, em reconhecimento ao seu trabalho, competência e dedicação na condução do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, agilizando as ações daquele órgão objetivando a melhoria e segurança no trânsito, quer pela conscientização de motoristas e pedestres quanto aos seus direitos e responsabilidades, quer pelo controle e fiscalização de veículos e do respectivo tráfego em vias públicas, autorizam o pleito face a importância do trabalho que vem desenvolvendo e os inestimáveis serviços que vem prestando a toda a comunidade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1989

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção na Atas do trabalhos, de votos de louvor à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Diretoria Regional do Paraná, pela conquista da Faixa Bronze do Prêmio Qualidade do Governo Federal (PQGF) - Edição 2000. Os Correios sempre foram reconhecidos pela população como uma das empresas mais confiáveis do País.

A outorga da Faixa de Bronze à Diretoria Regional do Paraná, demonstra o reconhecimento, pelo Governo Federal, ao contínuo esforço na melhoria da qualidade daquela empresa.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua João Negrão, 1251, Bloco 1 - 4º andar - 80002-900 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 10.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1983

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando recape, melhorias na sinalização e capina do trecho da rodovia que liga a BR-369 ao Posto Rodoviário de São Sebastião da Amoreira.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A péssima conservação desta rodovia e a constante neblina, causada pelo clima da atual estação, vêm deixando este trecho intransitável.

Por entender ser mais que justa esta reivindicação, é que solicito ao Plenário a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1984

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando pintura e capina do trecho da rodovia que liga a BR-369 ao Posto Rodoviário de Piraí do Sul.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A péssima conservação desta rodovia e a constante neblina, causada pelo clima da atual estação, vêm deixando este trecho intransitável.

Por entender ser mais que justa esta reivindicação, é que solicito ao Plenário a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2003A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Governo do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações:

a) prestação de contas do Banco do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1998, não fornecidas ao Tribunal de Contas do Estado, bem como o Programa de Saneamento do Banestado;

b) prestação de contas do Governo do Paraná, referente aos anos de 1999/2000;

c) relatório dos técnicos do Tribunal de Contas, referente às auditorias realizadas no Programa Projeto Qualidade de Ensino Público na Educação (PQE), contendo pareceres com ressalvas;

d) qual valor recebido por cada empresa vencedora da licitação de publicidade do governo, como e para onde destinou os recursos recebidos, especificar os nomes dos veículos beneficiados, valores e datas das assinaturas dos contratos com cópias dos mesmos, justificando as despesas;

e) contratos de vendas das partes da Copel e da Sanepar - comprometimento com Bolsas de Valores e BNDES;

f) discriminação das despesas para implantação das montadoras de veículos e empresas fornecedoras instaladas no Paraná, incluindo os investimentos da Sanepar e Copel para que se efetivasse a instalação das indústrias.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1990

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo prefeito municipal de Curitiba, Cássio Taniguchi, no sentido de que aquela autoridade determine que sejam feitas obras de calçamento e muro na escola CEI- Pedro Dalabona situado, Bairro Nova Orleans, nesta Capital.

A preocupação com a segurança levou os pais de alunos a procurarem este parlamentar para solicitar a intervenção do senhor prefeito municipal de Curitiba, com o objetivo da resolução do problema.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1974

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo Entregaremos nossos rios para quem quer comprar a Copel, de autoria do professor Paulo Roberto Pereira de Souza, publicado à folha 6, do dia 05 do corrente, no jornal Folha do Paraná, de Londrina.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao professor Paulo Roberto Vieira de Souza, bem como ao doutor José Eduardo de Andrade Vieira, diretor-presidente do jornal Folha do Paraná, de Londrina.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em oportuna reportagem publicada no jornal Folha do Paraná, à folha 6 do dia 05 do corrente, o professor Paulo Roberto Pereira de Souza, traduz perfeitamente a opinião da maioria da população do Estado do Paraná, alertando o impacto com a venda da Copel, a maior jóia da coroa do Paraná, para pagar conta, para pagar a incompetência e para pagar o despreparo na gestão do dinheiro público.

Num cenário em que entregar nossos rios para quem comprar a nossa Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) é absolutamente incompreensível, pois entendemos que a Copel deve permanecer em mãos do governo do Paraná.

A história da Copel e o padrão de qualidade é reconhecido mundialmente, contabilizando equilíbrio financeiro. Como dizia o saudoso governador Bento Munhoz da Rocha Neto: "A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) é relicário do nosso Paraná".

Requeremos a transcrição, do mencionado artigo nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para legar aos pósteros tão importante assunto.

REQUERIMENTO Nº 1982

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos anais desta Assembléia Legislativa do Estado do artigo - Argumentos que não convencem, publicado no editorial do jornal Folha do Paraná, em data de 17 de junho de 2001.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema de Telefonia, para investigar cobrança indevida no sistema de telefonia fixa e móvel do Estado do Paraná, conforme o previsto no art. 36, § 4º e art. 122, § 2º, inciso III, do Regimento Interno.

Art. 2º - A comissão parlamentar de Inquérito do Sistema de Telefonia, será integrado por 11 (onze) senhores deputados e o prazo de duração da Comissão Parlamentar será de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua instalação, prorrogável por mais a metade do tempo, conforme prevê o art. 36, §§ 3º e 5º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 3º - A presente comissão investigará a cobrança em excesso e irregularidades nos pulsos telefônicos; cobrança em duplicidade das faturas telefônicas; cobrança irregular de serviços telefônicos nacionais e internacionais eventuais ou não; cobrança antecipada do total da fatura telefônica como condição para reexame, na hipóteses de cobrança indevida; locação irregular ou ilegal de aparelhos telefônicos; segurança do sistema de telefonia; garantia de sigilo telefônico e em especial, a Empresa Telepar Brasil Telecon e escutas telefônicas não autorizadas no HSBC Bank Brasil S.A.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor, após quarenta e oito (48) horas de sua aprovação, conforme artigo 123, do Regimento Interno desta Casa, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.2001

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se as denúncias de pessoas físicas e jurídicas de inúmeros municípios do Estado a esta Casa sobre irregularidades no Sistema de Telefonia Fixa e Móvel, reclamações estas que vão desde a cobrança exagerada de pulsos, passando por denúncias de cobrança de serviços eventuais não executados, ligações internacionais e para celulares que não foram efetuadas, cobrança

de taxas comerciais para terminais residenciais, ligações com tempo exagerados; cobrança de ligações não efetuadas para Disk Sexo, Paquera e outros desse tipo até a instalação de escutas irregulares e não autorizadas em telefones comerciais e residenciais, quebrando totalmente o sigilo do cidadão e desrespeitando o seu direito constitucional.

Considerando-se as denúncias já de posse deste Poder Legislativo, quando das investigações realizadas por uma Comissão Temporária suspensa por Ato do Poder Judiciário.

Considerando-se a obrigação que o Poder Legislativo tem de defender os direitos do consumidor paranaense cremos na necessidade da aprovação do presente projeto de resolução, bem como, da instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, dentro do menor espaço de tempo possível.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 254/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o *caput* do artigo 13, da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 - Os diretores serão indicados ao governador do Estado pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência, dentre pessoas qualificadas para a função, com comprovada habilitação profissional, formação de nível superior e atuação anterior na mesma área ou em outra afim, sendo os Diretores de Previdência, Administração e Jurídico, obrigatoriamente escolhidos entre os servidores inscritos na Parana-previdência.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei obriga que seja servidor público aquele que porventura venha a ser indicado pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência ao governador do Estado, como diretor de Previdência do Parana-previdência.

Isto pois, observados os requisitos que justificam a qualificação daquele que funcionará como diretor, e certos de que os servidores públicos estatutários são agentes que exercem uma função pública permanente em decorrência de relação jurídica de trabalho disciplinada por diplomas legais específicos, torna-se plausível afirmar que ao atrelarmos tal indicação à obrigatoriedade de nela figurar um servidor público estatutário, estaremos tão somente legislando de forma convergente ao art. 37, inciso V, da CRFB e assegurando que os cargos de direção sejam tratados com a imparcialidade e igualdade

características da natureza do exercício da função pública.

PROJETO DE LEI Nº 255/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A pessoa idosa cujos documentos tenham sido roubados ou furtados fica isenta do pagamento de taxa para a confecção da segunda via.

§ 1º - Considera-se idosa, para efeito desta lei, a pessoa com mais de sessenta e cinco anos de idade.

§ 2º - Será cobrado das pessoas que não se encontrem na situação prevista no § 1º, pela emissão da segunda via de cédula de identidade roubada ou furtada, o mesmo valor cobrando pela emissão da primeira via.

Art. 2º - A concessão do benefício de que trata esta lei condiciona-se:

I - à apresentação de documentos que comprove a idade de sessenta e cinco anos (certidão de nascimento ou casamento);

II - à apresentação de cópia da ocorrência policial, autenticada pela autoridade que a emitiu, contendo o registro dos documentos roubados ou furtados;

III - à requisição da segunda via do documento no prazo de trinta dias contados do registro policial do roubo ou do furto.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa isentar as pessoas idosas do pagamento de taxas para a confecção da segunda via de documentos roubados ou furtados. Serão consideradas idosas as pessoas com mais de sessenta e cinco anos.

Os nobres parlamentares hão de convir que a grande maioria de nossa população enquadra-se na categoria aposentada e os benefícios muitas vezes não condizem com suas necessidades. Há de se considerar ainda que as pessoas idosas são mais passíveis de serem vítimas de roubos ou furto. Desta forma, o presente projeto de lei virá beneficiar um grande número de pessoas que muitas vezes necessitam optar pela retirada da segunda via de documento ou pela compra de medicamentos.

Conto com o apoio dos nobres pares na aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 256/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo compensará seus débitos fiscais inscritos em Dívida Ativa até a data da sanção desta lei, com precatórios de natureza alimentícia, contra a Fazenda Pública Estadual e suas autarquias, pedentes de pagamento até 30 de junho de 2001.

§ 1º - Define-se precatórios de natureza alimentícia aquele decorrente de salários, vencimentos proventos, honorários advocatícios, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez.

§ 2º - O precatório de natureza alimentícia, para fins de compensação, deverá ser expedido, processado e registrado pelo Tribunal competente, não podendo sobre aquele haver pendência de recurso judicial, com efeito suspensivo, em favor da Fazenda estadual.

§ 3º - O precatório de natureza alimentícia terá seu valor atualizado monetariamente e com a incidência de juros até a data da compensação, respeitando-se os critérios da sentença judicial.

§ 4º - Para os efeitos desta lei, o precatório de natureza alimentícia, a critério de seu titular, poderá ser cedido, integral ou parcialmente, a terceiros, detentores de débitos inscritos em Dívidas Ativas.

Art. 2º - O requerimento para compensação será protocolado na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná e sujeitar-se-á a exame de admissibilidade pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá, em até cinco dias contados desse protocolo, indeferi-lo, fundamentadamente, e tão-somente em virtude de vício formal.

Parágrafo Único - Sanado o vício formal, será permitido, ao devedor fiscal, protocolar requerimento para compensação.

Art. 3º - A extinção dos débitos fiscais, realizada na forma desta lei, não dispensará o executado do pagamento das despesas processuais e tampouco dos honorários advocatícios condenados em razão de sua sucumbência.

Art. 4º - A compensação, nos termos desta lei, de débito fiscal com precatório de natureza alimentícia, não será considerada forma de arrecadação tributária.

Art. 5º - A Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná observará, para fins de pagamento (artigo 934 do Código Civil), a ordem cronológica de apresentação dos precatórios, bem como as eventuais reduções de valores compensados (artigo 1009 do Código Civil) na forma desta lei.

Art. 6º - O direito à compensação restringir-se-á aos requerimentos protocolados até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir da publicação desta lei.

Art. 7º - Apenas para os fins desta lei, fica autorizada a assunção, pela Fazenda do Estado, de créditos contra suas autarquias.

Art. 8º - O débito inscrito em Dívida Ativa não deve estar sujeito a recurso judicial com efeito suspensivo em favor da Fazenda do Estado.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães, Luiz Fernandes da Silva Litro, Ricardo Maia, Miltinho Pupio.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

(**Ausente**)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PL, PSB, PSC, PST, PSL, PPS, PDT.

Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, rapidamente usando o horário do PDT quero transmitir-lhe e aos meus nobres pares, de que na Sessão de ontem, quando o deputado Hermas Brandão apresentava, - como apresentou a nós outros - e todos nós votamos naquele seu projeto ligado à agricultura do nosso Estado, verificamos e sentimos de que algumas Emendas serão oportunamente apresentadas. Solicitava a Vossa Excelência que entrasse em contato com o ilustre deputado Basílio Zanusso, para não atrapalhar o bom andamento e principalmente a urgência que aquela matéria requer, fossem as Emendas apreciadas dentro da Comissão de Constituição e Justiça e ali elas serem inseridas no bojo do projeto apresentado, para que não fizéssemos com que fosse atrapalhado o andamento desse projeto importante da agricultura do Estado.

Entendemos de que todas as Emendas serão apresentadas no interesse comum que é a agricultura, mas também vendo e verificando, senhor presidente que nós queremos não, o apreçamento, e aqui se encontra o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, eu acredito que internamente, dentro da Comissão, fazendo com que toda aquela triagem fosse ali efetuada, teríamos uma oportunidade de dar uma agilização mais rápida a esse projeto de interesse de todo o Paraná e principalmente do setor agropecuário.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ainda no horário das Lideranças, PT, PPB, PMDB. Com a palavra, o deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho à tribuna fazer o encaminhamento de um requerimento a esta Casa, hoje que objetiva solicitar o Regime de Urgência ao projeto de minha autoria 370/2000, que trata da disposição quanto à instalação e à fiscalização dos equipamentos de aquecedores a gás no Estado do Paraná.

Este projeto já tramita na Casa há quase um ano, e nesse período tivemos a oportunidade, através da Comissão de Obra, de convidar diversas entidades como o Compagás, o IPPUC, o Corpo de Bombeiros, a Casa dos Aquecedores representando os revendedores, a ORBES (sic) que é fabricante de aquecedor e o Cecove (sic) que participaram das reuniões e puderam contribuir conosco, através desse debate tão importante.

Quero dizer também da importância de votarmos ainda no primeiro semestre e que nós tenhamos - antes que o inverno chegue -, a repetição do que aconteceu no ano passado, quando no Estado do Paraná, mais de 15 pessoas que vieram a falecer pela instalação inadequada desse tipo de equipamento, que não oferece condições em muitas instalações, e muitas vezes, nós não sabemos, e a família não sabe a quem recorrer devido a uma instalação inadequada que provoca a morte.

Nesse período de racionamento de energia elétrica, temos o estímulo, a instalação de aquecedores a gás, para economia de energia.

Temos certeza que muitas pessoas e muitas famílias caminharão para a instalação desse tipo de aquecedores, muitas vezes sem assistência técnica adequada, muitas vezes sem a orientação determinada como prevêem as normas a BNT, preocupando-se apenas na hora da compra do equipamento, com a marca, com o preço. Muitas vezes, o revendedor, tentando empurrar o equipamento sem estabelecer um compromisso, uma responsabilidade de instalação, fazendo com que essa empresa, este revendedor tenha acima de tudo, não somente a responsabilidade de venda do equipamento, mas, principalmente, a responsabilidade da instalação, fazendo com esta família esta pessoa tenha o equipamento adequado.

Então, solicitar que se tramite em regime de urgência, já que esse projeto se encontra na Comissão de Segurança há bastante tempo e não teve, por parte dessa Comissão, a sua apreciação.

Nós requeremos, para que nós tenhamos que repetir cada mês, o que vimos no dia 11 de junho deste ano, segunda-feira, uma matéria na Gazeta do Povo, que retrata a preocupação da sociedade com esse tipo de equipamento, aonde, somente no mês de maio, tivemos a morte de 2 pessoas asfixiadas pelo monóxido de carbono, já que, durante a queima do aquecimento, o oxigênio é

consumido e é liberado o gás carbônico, que as pessoas aspiram e desmaiam, morrendo por asfixia.

É importante aqui dizer que não se trata de um projeto que prevê a fiscalização do vazamento do gás, do GLT que tem cheiro e que pode ser percebido pela pessoa no ambiente. Nós estamos falando de um gás muito mais perigoso, que é inodoro e que provoca a morte em alguns minutos sem que a pessoa possa sequer reagir, solicitando socorro.

Senhor presidente, senhores deputados, trazemos aqui a preocupação para que tenhamos a discussão nesta Casa e que nós, enquanto Poder Estadual, possamos contribuir com a sociedade, trazendo uma responsabilização para aqueles que comercializam, instalam e vendem esse equipamento, para que a sociedade seja informada e tenha consciência de como instalar e a quem cabe a responsabilidade do equipamento.

Queria também, falar de um assunto que, tenho certeza, será debatido em grande profundidade por esta Casa, que é a questão da Estrada do Colono, onde vemos a mobilização, através de prefeitos, deputados, vereadores e lideranças empresarias, da região Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná trazendo a preocupação da forma truculenta como a Polícia Federal, cumprindo uma determinação da juíza federal vem afrontar todos aqueles que foram os desbravadores do Oeste e do Sudoeste, que construíram os caminhos de desenvolvimento do Estado do Paraná.

É importante que tenhamos a urgência da Comissão que foi solicitada pelo deputado Sérgio Spada, para que possamos emitir parecer e colocarmos a defesa da ecologia, sustentada, não no confronto entre a preservação da natureza e a preservação do homem, do cidadão do nosso querido Sudoeste e Oeste do Estado do Paraná.

Esta é a preocupação que trago.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

No Horário da Liderança do PSDB, concedo a palavra ao deputado Luiz Fernandes Litro.

(Declina)

Concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Faço hoje um pequeno relato dos 27 pontos relacionados pelos técnicos do Tribunal de Contas, sendo 17 sobre problemas técnicos contábeis e 10 inerentes aos aspectos legais e jurídicos e trata das Contas do Governo Lerner de 1.999.

(Lê):

“Fundamento nº 01

Descumprimento por parte do governo do Estado do Parágrafo Único do artigo 4º da Lei nº 11.253, de 21.12.1995, que concedia ao Executivo autorização para vender, dar em caução e/ou oferecer

em garantia de operações de crédito, financiamentos e operações de qualquer natureza, as ações que possuía da Companhia Paranaense de Energia, trazendo à instrução do Processo somente esclarecimentos restritos ao aspecto financeiro não fazendo qualquer menção à natureza operacional dos recursos advindos para o atingimento da finalidade (folha 09 - Anexo 01) Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos do Tribunal de Contas.

Questionamentos a serem esclarecidos pelo governador Jaime Lerner a este douto Ministério Público do Paraná:

- a) Quanto por cento de ações foram vendidas?
- b) A quem ocorreu a venda?
- c) Qual foi o recurso efetivamente gerado?
- d) Onde realmente os recursos foram aplicados?
- e) A natureza das aplicações correspondeu às finalidades propostas?

Fundamento nº 02

A Lei nº 11.253/95 continuou sendo descumprida no exercício financeiro de 1999, na prestação de contas do governo do Estado, à folha nº 70, anexo 02.

Os técnicos do Tribunal de Contas apuraram ter ocorrido uma redução acionária do governo no capital social da Copel de 49,04% em 1998 para 31,10% em 1999, equivalente a uma entrada de recursos da ordem de R\$197 milhões.

O presidente do TC/PR cita à folha nº 5, anexo nº 03, que a baixa de títulos de participação societárias, decorrentes da venda de ações da Copel, foi de R\$500 milhões.

Questionamentos a serem esclarecidos pelo governador Jaime Lerner.

- a) Onde o presidente do TC/PR obteve a informação de R\$500 milhões?
- b) Onde os técnicos do mesmo TC/PR obtiveram a informação de que foi de R\$197 milhões?
- c) Que fim levou a diferença de R\$303 milhões, uma vez que técnicos do TC/PR afirmaram na prestação de contas que não conseguiram formar opinião, nem sobre a aplicação de R\$197 milhões face à generalidade da lei autorizativa?

Fundamento nº 03

Na prestação de contas de 1998, também ocorreu a redução da participação acionária do governo do Estado no capital social da Sanepar, passando de 87,52% para 60%, cuja entrada de recurso foi de R\$244 milhões (anexo 02).

Nos mesmos moldes da falta de transparência do caso Copel, ocorreu com os R\$244 milhões da Sanepar, para os técnicos do TC/PR não foi possível firmar opinião sobre a destinação dos recursos, tendo em vista a generalidade da lei.

Questionamentos a serem esclarecidos pelo governador Jaime Lerner.

a) Onde foram aplicados os R\$244 milhões da venda de 34,75% da participação societária do governo, na Sanepar?

b) Quem restituirá ao patrimônio do Estado, R\$93 milhões que o governo do Paraná repassou à iniciativa privada pela venda inferior ao patrimônio líquido da Sanepar?

NOTA

Pela gravidade das providências não necessitamos de reflexão aprofundada para assegurar-nos de que deixar esse governo vender o que resta da Copel beira a raia da insanidade.

Fundamento nº 04

Consta da Prestação de Contas de 1999, que o governo inscreveu em Dívida Ativa no período de 1995 a 1999, R\$1.445.362.884,40 (hum milhão, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e dois mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

Baixou por recebimento - R\$28.468.102,12

Baixou por cancelamento - R\$191.681.711,18

(Anexo 15)

Questionamento que deve ser esclarecido pelo governador.

a) como inscrever R\$1,4 bilhões e receber R\$28 milhões?

b) Como receber R\$28 milhões e cancelar R\$191 milhões?

c) Quem foi agraciado com esses recursos ou com o perdão de suas dívidas?

Fundamento nº 05

Consta da prestação de contas do Exercício Financeiro de 1999, que o governo

- empenhou precatórios a pagar no montante de.....R\$251.842.591,00

- pagou no exercício.....R\$ 21.236.901,00

(Anexo 17)

Questionamento a ser esclarecido pelo governador do Estado do Paraná ao Ministério Público:

a) Por que estamos perdendo dívidas ativas a favor do Estado e não estamos honrando compromissos com precatórios?

Fundamento nº 06

O governo saneou o Banestado em 1999, aplicando R\$5,6 bilhões, incluindo incorporação de ativos de baixa ou quase nula conversibilidade de R\$1,5 bilhões, sendo que

. integralizou capital de R\$5,6 bilhões

. recebeu Letra e Títulos de conversão duvidosa no valor de R\$428 milhões, segundo os técnicos do Tribunal de Contas, se os referidos títulos não forem aceitos no mercado, no mínimo pelo valor de compra, significa que o Ativo do Estado estará superestimado. (Anexo 05).

Questionamento a ser esclarecido pelo governador do Estado do Paraná ao Ministério Público:

a) Quem arcará com o prejuízo ao patrimônio do Paraná, quando da venda de títulos dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, bem como as Letras do Tesouro Municipal de Guarulhos e Osasco?

b) Dos 5,6 bilhões, R\$5,1 bilhões foram refinanciados junto ao INSS, onde está o contrato com as condições do refinanciamento? (Anexo 13).

Fundamento nº 07

A dívida do Estado do Paraná evoluiu de 1998 para 1999, de R\$6,15 bilhões para R\$13,3 bilhões, ou seja, de 80,36% para 117,31% (Anexo 09).

Com referência ao índice de liquidez do Estado, no período de 1995 a 1999, em 1995, o governo possuía na Administração Direta R\$0,80 para cada R\$1,00 de dívida. Em 1999, tinha para cada real de dívida apenas R\$0,04. (Anexo 14).

Questionamento a ser esclarecido pelo governador do Estado do Paraná ao Ministério Público:

a) Que fim levou o patrimônio do Paraná?

b) Por que os bens e direitos em 1995 somavam R\$3.489 bilhões e as obrigações R\$2,003 bilhões, enquanto que em 1999, os bens e direitos do Estado passaram a R\$13.001 bilhões e as obrigações para R\$13.364 bilhões? (Anexo 11).

Fundamento nº 08

O governo realizou em 1999 receitas decorrentes da alienação (venda) de bens, na importância de R\$7,3 milhões, e não procedeu à respectiva baixa no seu ativo.

A consequência deste fato ocasionou a irrealidade do ativo, bem como o resultado patrimonial não reflete a realidade. (Anexo 4)

Questionamento a ser esclarecido pelo governador do Estado do Paraná ao Ministério Público:

a) Os bens que foram vendidos e não baixados não poderão ser novamente vendidos?

b) Qual o nível de confiabilidade que a Controladoria Estadual apresenta, ao registrar apenas o produto da venda sem a saída ou baixa dos bens vendidos?

Fundamento nº 09

O governo apresentou, na prestação de contas do Exercício financeiro de 1999, em seu balanço geral, como resultado orçamentário, um superávit de R\$544 milhões, enquanto os técnicos do Tribunal de Contas apuram um déficit de R\$154 milhões. (Anexos 19 e 20)

Questionamento a ser esclarecido pelo governador do Estado do Paraná ao Ministério Público:

a) de que forma o governador explica seu discurso de transparência administrativa, apresentando em contrapartida, dubiedade em seu balanço anual?

Fundamento nº 10

Mesmo que façamos um exercício, no sentido de tentar reconhecer que o governo reduziu gastos com divulgação e propaganda em R\$95 milhões, de 1998 para 1999, fica impossível nos conformarmos que o governo deixou de repassar, em 1998, para área social, entre elas IPE, Instituto de Saúde do Paraná, Fundo Estadual de Saúde, entre outros, o valor de R\$290,1 milhões, e no mesmo ano tenha gasto em divulgação e propaganda R\$134 milhões.

Ressalte-se ainda que no período de 1995 a 1999, estes gastos atingiram a estrondosa cifra de R\$406 milhões. (Anexo 10)

Questionamento a ser esclarecido pelo governador do Estado do Paraná ao Ministério Público:

a) Em que o povo do Paraná foi beneficiado com tamanho gasto com divulgação e propaganda?

b) Se o gasto de 1999 foi de R\$39 ou R\$41 milhões com os gastos institucionais, por que o governo gastou no ano anterior R\$134 milhões? (Anexo 12)

Fundamento nº 11

As despesas com divulgação e propaganda necessitam de prévia autorização, através de pedido de autorização para divulgação e veiculação - PADV's. No exercício de 1999, os técnicos do Tribunal de Contas, constataram que tais despesas foram realizadas sem a respectiva aprovação, em 99,9% dos casos relativos às Empresas Públicas e às Sociedades de Economia Mista, ou seja, para um gasto de R\$13,7 milhões, apenas R\$1.000 foi aprovado, o que significa, 0,01% de aprovação. (Anexo 08)

Questionamento a ser esclarecido pelo governador do Estado do Paraná ao Ministério Público:

a) Para que servem as PADV's, legalmente aprovadas, senão para o controle e fiscalização do governo de tais despesas?

b) As despesas não autorizadas, não deverão ser excluídas da prestação de contas do governo, e seus ordenadores responsabilizados?

Apelo ao Ministério Público do Estado do Paraná

Diante de tamanha gravidade dos fatos relatados, apelamos ao Ministério Público do Paraná, um dos mais competentes órgãos do País, sendo motivo de elogiosas observações de vários Estados, na salvaguarda dos direitos do cidadão paranaense, que nos auxilie na busca da transparência e da verdade, bem como na adoção de medidas judiciais cabíveis aos responsáveis.

Pedimos também o auxílio nas respostas das seguintes perguntas que devem ser dirigidas ao governador do Estado, Jaime Lerner:

a) Qual o volume de ativos vendidos no Estado?

b) Aonde e como ingressaram os recursos provenientes da venda dos referido ativos?

c) Quanto e como realmente foram aplicados os recursos provenientes da venda de ativos públicos?

d) Quantas ações da Copel foram vendidas e aonde foi parar o dinheiro arrecadado, já que desde 1997 o próprio Tribunal de Contas vem afirmando em seus relatórios que não sabe quanto e nem onde foram aplicados os recursos da venda das ações da nossa Companhia Paranaense de Energia? Ressalte-se que, por se tratar de matéria urgente, pois o governador Jaime Lerner está determinado em vender a Copel, esta resposta é deveras importante.

e) Como e de onde foram captados os recursos para o saneamento do Banestado?

f) Qual foi o montante de recursos arrecadados com a antecipação dos royalties de Itaipu e aonde foi aplicado este dinheiro?

g) De onde veio e quanto foi aplicado na capitalização do Fundo Paranaprevidência?

Sugerimos, para o respaldo de tais averiguações, seja requisitado por este Ministério Público a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná relativo ao Exercício Financeiro de 1999, para que se evite um mal ainda maior com a aprovação precipitada, sem que a verdade e a transparência sejam efetivamente alcançadas.

Sem mais, renovamos nossos protestos de estima e consideração bem como de nossa confiança plena nesta Instituição, que é a salvaguarda dos interesses e dos direitos do povo do Paraná.

Atenciosamente.

(a) NEIVO BERALDIN

Deputado Estadual

Ilustríssimo Senhor

Doutor MARCO ANTONIO TEIXEIRA

MD Procurador Geral de Justiça do

Estado do Paraná"

Senhores deputados, não vou me alongar, aqui. Dou como lido este pronunciamento, que é, na verdade, um pronunciamento técnico. Mas é preciso que diga aos deputados do Paraná, que esse documento que encaminhei ao Ministério Público, vou transformá-lo em carta aberta ao povo do Paraná.

Não só essas questões, como também vou anexar todos os dados oficiais de onde foram retirados esses números. É essa situação que coloco aqui, para o povo do Paraná.

A matemática é uma ciência exata, e precisamos saber porque o governo vendeu ativos da Copel e não informa que vendeu, o quanto vendeu, para quem vendeu e como vendeu. Como é que o governo antecipou os royalties de Itaipu?

Então, senhores deputados estamos aqui a perguntar todos os dias. Agora, com a palavra o Ministério Público do Paraná, que espero que seja ágil, competente e eficiente, como tem sido; que nos dê a resposta e nos remeta a cópia. De que forma o Governo do Estado assu-

miu a dívida do Banestado? A que juros? E de onde veio este dinheiro? São muitas inquietações, diante de uma situação que estamos discutindo aqui no Paraná, sob a possível venda da Copel. Como vender a Copel se o governo sequer anota, sequer remete na sua prestação de contas o que é que ele fez com o que já vendeu? Senhores deputados, era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

No Horário das Lideranças, concedo a palavra em nome do PFL, ao 1º vice-presidente, desta Casa, deputado Elio Lino Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras senhores deputados.

Uso a Tribuna do PFL, em horário reservado ao nosso partido, para tecer algumas considerações em relação ao último acontecimento ocorrido no Oeste e no Sudoeste, na semana passada, que diz respeito ao fechamento da Estrada do Colono.

Na verdade, senhores deputados, queria ter me manifestado no dia de ontem, mas diante do projeto de suma importância apresentado e votado em 1ª discussão, de autoria do nosso presidente Hermas Brandão, o líder do nosso partido, deputado Plauto Miró, fez questão de tecer algumas considerações em relação à importância e à necessidade de o Estado do Paraná reaver as alíquotas do ICMS nos produtos derivados da carne.

Na manhã de hoje, senhor presidente, tivemos uma audiência com o chefe da Casa Civil, Alcení Guerra.

Participaram desta audiência prefeitos da região Sudoeste e Oeste do nosso Estado, além da presença dos deputados: este que vos fala, Ademar Traiano, Ademir Bier, Eli Ghellere, Antonio Baratter, Chico Noroeste, Luciana Rafagnin, Luiz Fernandes Litro e Zucchinho: queríamos ter uma posição do Governo do Estado em relação à Estrada do Colono.

As lideranças das duas regiões, tanto do Oeste como do Sudoeste, estão muito apreensivas e cabe a nós, homens públicos, às lideranças comunitárias sindicais, empresariais ou mesmo profissionais que efetivamente está acontecendo com a nossa Estrada do Colono. É uma demanda judicial, nós estamos conscientes disso, que politicamente quase nada pode ser feito, nós, líderes, os deputados, prefeitos, e as duas regiões, não podemos ficar de braços cruzados e esperarmos apenas que a justiça tome uma decisão final, mesmo porque o mérito ainda não foi julgado. Essa estrada corta o Parque Nacional, que serviu ou que ainda serve para trazer as pessoas do Sul do nosso Brasil, mas principalmente, por essa estrada vieram os desbravadores. Então, muito mais de que uma estrada que encurta as duas regiões, encurta caminho, é uma estrada que tem um profundo sentimento dos nossos pioneiros.

E o Governo do Estado, através do chefe da Casa Civil, quando essa comissão de deputados e prefeitos se

dirigiram ao Palácio Iguaçu pedindo um posicionamento, Alcení Guerra foi claro e disse que o governo tinha quatro pontos.

1º - O Governo repudia a forma como foi fechada a Estrada do Colono.

Não é concebível senhor presidente, senhores deputados, uma região pacata como Oeste e Sudoeste, onde nós temos trabalhadores na área rural ou empresarial, ou em qualquer outra atividade sejam colhidas de surpresa, e como foi dito ontem por diversos deputados, uma verdadeira operação de guerra se instalou na nossa região.

2º - O Governo do Estado alerta também à sociedade, do perigo que isso pode oferecer, essa atitude que foi tomada, para o próprio parque, porque o povo, quando a sociedade não se controla mais, ninguém sabe quais são as verdadeiras atitudes que eles poderão tomar.

Cabe a nós, deputados, prefeitos, líderes, ainda procurarmos acalmar os ânimos da sociedade, da comunidade, do Oeste como do Sudoeste, para que não venham acontecer coisas piores em relação ao nosso parque.

3º - O governo, desde o princípio, se colocou à disposição e procurou o IBAMA para que elaborasse um projeto ecológico-ambientalista que pudesse, beneficiar as duas regiões e fazer com que o Parque Nacional, que é da humanidade, permanecesse intacto, sem agressões ao meio ambiente.

4º - O governo continua à disposição como mediador entre os desejos do Oeste e do Sudoeste, dos ambientalistas, e também do próprio Poder Judiciário.

Concede um aparte ao deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte, deputado Élio.

Parece unanimidade que todos nós, deputados estaduais, somos favoráveis à abertura da Estrada, devido sua importância econômica e social para a região do Oeste. Devemos transformar a questão da Estrada do Colono numa questão mais importante. Veja o senhor que nós temos aí uma unidade de preservação mundial e podemos fazer a partir dessa discussão, um modelo sustentado para o Brasil. Criticamos os americanos, os japoneses, quando eles vêm nos criticar em relação à nossa Amazônia, dizendo que eles destruíram as suas áreas naturais e agora querem vir dar palpite, aqui, no nosso Brasil.

Mas acho que a partir desse episódio da Estrada do Colono, o Paraná pode dar um exemplo, e o Brasil também, do que é possível ser feito, para mantermos a biodiversidade, mantermos, enfim, atendido o meio ambiente e da mesma forma, podermos escoar a nossa safra e a beneficiar a nossa população.

Acho importante, deputado Élio Rusch, que se chame essa Associação de Preservação da Estrada do Colono, que venha participar das discussões, venha mostrar o que fez nesses quatro anos que lá cobrou o pedágio

da estrada. Acho importante que tudo fique muito transparente, para que todos possamos fazer com que a Estrada do Colono se transforme em um exemplo brasileiro da possibilidade da convivência do ser humano com o meio ambiente.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço o aparte e só para que não fique dúvida nenhuma em relação ao nosso pronunciamento, o que a Copec, Associação dos Municípios Lindeiros ao parque tem feito, não é uma cobrança do pedágio; se cobra, na verdade, o passe na balsa. Então o transeunte, as pessoas que passavam por esse local, com veículo, pagavam uma taxa que lhe dava o direito de usar o transporte da própria balsa.

Segundo, a estrada, hoje, presidente nos conhecemos e todos os senhores sabem disso, é muito mais antiga que o parque, ela existe há mais de setenta anos e o parque foi reconhecido em 1939; faz sessenta anos.

Verdade que o DER, o órgão do Governo do Estado, a Secretaria dos Transportes, tem reconhecido o parque da década de cinquenta, mas a bem da verdade, isso tem que ficar claro: a estrada é muito mais antiga do que o parque, que foi criado com a estrada existindo e quando foi tornado em patrimônio da humanidade, a estrada já existia. Ela existe e é um patrimônio da própria sociedade, é um patrimônio da própria região.

Concedo um aparte ao deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Elio Rusch, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer da satisfação de podermos ter participado, nessa manhã, desse encontro com o chefe da Casa Civil. Anunciamos na tarde de ontem, esta audiência, onde participaram os prefeitos de Capanema, da cidade de Planalto, que representaram os demais prefeitos da área do Parque Nacional do Iguaçu.

Mas é importante deixarmos também, claro ao Paraná, a posição oficial do Governo do Estado do Paraná, que decidiu em conjunto com todos os parlamentares, com o presidente da Ipopec (?) que também estava presente, com os prefeitos, um manifesto que deverá se tornar público hoje, em nome do Governo do Paraná, em defesa da nossa Estrada do Colono.

O governador Jaime Lerner, em outras oportunidade já teve a oportunidade de se manifestar mas, mais do que nunca, agora, no momento em que a nossa gente da região do Oeste e Sudoeste do Paraná, sente-se prejudicada, principalmente aviltada no sentimento de amor a nossa região, ao nosso Parque Nacional do Iguaçu, há que se ter essa posição clara e oficial do Governo do Paraná.

Nós conhecemos a posição do governador, principalmente no seu trânsito, com relação a este mundo do meio ambiente. E sabemos dos seus projetos desenvolvidos aqui no Paraná, e tenho a consciência absoluta, de que ele terá condições de ser o grande mediador entre este segmento, os agricultores, os empresários, os prefei-

tos, enfim, aqueles que estão envolvidos no processo de manutenção da reabertura da nossa Estrada do Colono.

E de imediato, o governo tomou a iniciativa de, já para a semana que vem, é importante que a população e os deputados saibam, de agendar uma audiência com o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, em Brasília, na semana que vem, para comermos a dar os primeiros passos no sentido de tentarmos reaver, reabilitarmos de imediato, a reabertura da Estrada do Colono.

Amanhã também participam, em Porto Alegre, alguns parlamentares e prefeitos e também uma audiência com a juíza, para fazer com que ela se sensibilize com esta causa maior.

Quero encerrar aqui o meu aparte, cumprimentando os parlamentares que estiveram no Palácio hoje pela manhã, que tiveram a grandeza de compreender a defesa da reabertura da Estrada do Colono - ela extrapola e transcende qualquer pensamento de ordem ideológica, está, acima de tudo, ligada ao sentimento maior da nossa gente do Oeste e Sudoeste do Paraná - e em defesa dela estiveram os treze deputados estaduais que defendem essa região, independente de foro partidário.

Acho que esta demonstração de amor à nossa região, realmente foi um exemplo vivo daquilo que os deputados estaduais querem para a Estrada do Colono.

Parabéns pelo seu pronunciamento, e com certeza terá efeito de imediato, em todo o Estado do Paraná.

O SR. ELIO RUSCH

Concedo aparte ao deputado Tiago Amorim.

O Sr. Tiago Amorim Novaes

Muito obrigado, meu caro deputado Elio Rusch.

Sabemos da importância da luta e da união de todos os deputados estaduais e nós, especificamente da região Oeste do Paraná, sudoeste, desta grande empreitada que é, com certeza, a reabertura da Estrada do Colono.

Estaremos amanhã em Porto Alegre, numa comissão, juntamente com outros deputados desta Casa, tratando desse assunto tão palpitante e que comoveu, com certeza, todo o Estado do Paraná, diante desta realidade. Esperamos encontrar saídas e respostas positivas, para que possamos dar um posicionamento objetivo àquela sociedade que respeitamos e admiramos e que rechaçamos aquela posição de usar as forças armadas para intimidar homens e mulheres de mãos calejadas.

Acredito que é uma forma perfeita de fazer com que possamos exercer a nossa missão aqui dentro do Parlamento e defender os interesses do povo do Paraná, e acima de tudo, preservando a natureza.

Muito obrigado.

O Sr. Antonio Baratter

Senhor deputado Elio Rusch, escrevi alguns artigos, lá na região, sobre a Estrada do Colono e sempre me reportando a um fato que considero fundamental para que

possamos avançar nesta discussão a respeito da Estrada do Colono; nesta época do apagão, hoje, tivemos uma luz.

O que é que sempre discuto a respeito desta estrada? O dia que tivermos um projeto concreto de preservação do meio ambiente, politicamente sustentável, do homem com a natureza, no momento que tivermos isto em mãos, discutirmos esse projeto com o Ibama, com o representante ali, do Parque Nacional do Iguaçu, com o ministro do Meio Ambiente, com certeza absoluta, poderemos, através desse estudo, levar ao Supremo Tribunal Federal e teremos uma outra posição.

O que ainda nos falta, além da discussão política, além da discussão do momento que lá se vive pela agressão como a estrada foi fechada, acredito que hoje, quando estivemos conversando com o chefe da Casa Civil, Alcení Guerra, e que ele, em nome do governo, se comprometeu de urgentemente apresentar este projeto de convivência do homem com a natureza, acredito que este foi um passo extraordinário para que possamos chegar a um bom termo quanto à Estrada do Colono.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço aos deputados que nos apartearam e apenas para encerrar, dizer que, na quinta-feira da semana passada, estivemos *in loco*, verificando, testemunhando aquilo que efetivamente estava acontecendo com o fechamento da Estrada do Colono, e tivemos um contato com chefe da operação, delegado Borges, que está lotado em Brasília e junto com ele mais de trezentos homens da Polícia Federal que formam exatamente todo aquele sistema que veio para cumprir uma determinação do Poder Judiciário.

Estavam também na Estrada do Colono, além da Polícia Federal, mais ou menos 50 pessoas do Exército, embora tenha que se deixar bem claro que os homens do Exército brasileiro que lá estavam, estavam apenas como apoio logístico. E eles não estavam na entrada do Parque. Não foram eles que fecharam. Na verdade, quem fechou o acesso foi a Polícia Federal. E, em companhia do deputado Eli Ghellere, pedimos permissão para o delegado Borges, para que pudéssemos percorrer a Estrada do Colono, a fim de ver o que estava acontecendo no interior do nosso Parque. E fomos conduzidos, desde a entrada até a barranca do rio Iguaçu, com uma viatura da Polícia Federal, acompanhados por dois delegados, também da Polícia Federal.

Pudemos constatar, pessoalmente, que dentro do Parque, na Estrada do Colono, estavam sendo utilizados uma moto niveladora e um trator esteira, que estava escarificando, ou seja, soltando toda a estrada e tornando-a intrafegável. No término ou no início da Estrada do Colono, na barranca do rio Iguaçu foi feito um murundum muito grande, enorme. E imediatamente o delegado do Ibama, lotado em Foz do Iguaçu, começou a plantar algumas árvores. Nós entendemos isso, e a imprensa tem

noticiado, através da televisão, rádio e jornais, e a própria sociedade tem entendido isso como uma afronta.

Quer dizer, tudo isto não precisava ter acontecido, mas infelizmente, por atitudes tomadas, sabemos que ordem judicial não se discute, se cumpre, mas temos que encontrar meios e encontrar mecanismos para que a nossa sociedade, do Oeste, do Sudoeste, possam reaver, novamente, a Estrada do Colono funcionando.

Não quero ser repetitivo, mas tenho dito há questão de dois anos aqui na Assembléia, e ontem me parece que o deputado Caíto Quintana e algum outro deputado também levantou esta questão. Este mesmo Parque, que tem sua origem no rio Iguaçu, nas Cataratas, que vai até o município de Santa Tereza do Oeste, entre o rio Iguaçu e a BR-277, está formado o grande parque. E sabemos, senhores deputados, que esse Parque só existe graças à conservação e conscientização dos seus moradores, que margeiam, ou seja, os lindeiros ao Parque Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O senhor tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. ELIO RUSCH

Obrigado. Só quero dizer o seguinte: o parque que a Estrada do Colono corta, é o mesmo parque que a Rodovia das Cataratas, de Foz do Iguaçu, que liga a cidade até o aeroporto, até as Cataratas. A diferença é que a Estrada do Colono encurta a distância, transporta a produção e faz com que nossos trabalhadores possam se locomover, e a Estrada das Cataratas, serve para transportar o turismo.

Apenas isso, senhor presidente.

Muito obrigado pela compreensão e atenção dos senhores deputados.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Apenas gostaria de registrar, com satisfação e alegria para todos nós aqui, a presença na Sessão de hoje à tarde, do nosso colega e vice-prefeito de Curitiba, de nosso amigo e amigo de todos os parlamentares, nosso companheiro Beto Richa.

Gostaria que ficasse registrada a sua presença, hoje na nossa Sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Devidamente registrado, deputado Augustinho Zucchi.

No Horário das Lideranças, PTB.

Com a palavra, o deputado Ademar Traiano.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos senhores deputados Hermas Brandão, Valdir Rossoni, Carlos Simões, Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab e Tiago de Amorin Novaes, constante do expediente, indicando o nome do senhor Deputado para exercer a liderança do partido PTB, a partir desta data. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente.

Solicito ao 1º secretário a leitura do projeto, bem como a justificativa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(Procede à leitura do projeto de resolução e de sua justificativa).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está devidamente apoiada.

O SR. NEREU MOURA

Uma questão de ordem, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Questão de ordem, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Artigo 36 do Regimento Interno, no inciso IV, diz o seguinte: “Não será criada Comissão Parlamentar de Inquérito, enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo e mediante, projeto de resolução”.

Senhor presidente, a dúvida que quero esclarecer com Vossa Excelência, é a seguinte: Tem 5 CPI's em funcionamento e mais 3 na listagem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está vencendo hoje, por sinal, a indicação pelos partidos com assento nesta Casa dos nomes, para começarmos a agilizar.

O SR. NEREU MOURA

Vossa Excelência está criando na verdade a sexta CPI!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A sexta CPI, de acordo com o artigo 122 que, quando é projeto de resolução, é permitido.

O SR. NEREU MOURA

Não, prejudica as nossas CPI's?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

De forma nenhuma.

O SR. NEREU MOURA

Perfeito.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O devido projeto de resolução, encontra-se apoiado, por ser da Comissão Executiva, mas peço também o apoio dos senhores parlamentares, para não criarmos qualquer dívida com o nosso Judiciário.

Questão de ordem, deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, tendo em vista a ação do Poder Judiciário, retardando a ação da atual CPI, que investiga a questão da telefonia, gostaria de uma informação:

Se esta CPI será constituída, logicamente, pela designação dos senhores deputados, pelos seus partidos. Ela na verdade, é uma CPI que tem uma competência idêntica, àquela anteriormente, é isso?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quase idêntica.

O SR. EDSON STRAPASSON

Exatamente.

Vamos supor que o Poder Judiciário, através de uma medida ou de um recurso, acabe permitindo que a outra CPI, toque os seus trabalhos.

Como fica a questão?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada impede, inclusive a Mesa Executiva já está encaminhando todas as informações para o Tribunal de Justiça. Nós, também esperamos que o Tribunal de Justiça reveja a decisão do desembargador Osires, mas nada impede de criarmos, da forma que estamos criando, regimentalmente correto, e vamos ter condições de dar continuidade aos trabalhos daquela CPI. Os nomes terão que ser indicados novamente pelos seus partidos. Podemos até ser os mesmos nomes, mas quem fará a indicação, são os partidos com assento nesta Casa.

Pela ordem, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Gostaria de receber uma cópia do seu projeto de resolução, senhor presidente, nós ainda não temos, e também gostaria de falar a Vossa Excelência, que criando essa CPI, a outra CPI deixa de ter objetivo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Enquanto não tivermos a decisão do Tribunal de Justiça.

O SR. NEREU MOURA

Mas a CPI poderá se reunir e terminar seus trabalhos?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aí é uma decisão da CPI.

Pela ordem, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Naturalmente é um assunto que cria polêmica e é bom que esta Casa discuta, que esclareça à imprensa e à opinião pública, do que está se fazendo.

Na verdade, uma ação do Poder Judiciário, suspende por 90 dias os trabalhos da CPI da Telefonia, que está em andamento nesta Casa.

Este é o ponto inicial.

Vossa Excelência como presidente da Casa, em defesa deste Poder, que na minha opinião sofre a interferência de um outro Poder, de assuntos pertinentes a esta Casa, já está providenciando toda a defesa em relação à CPI em andamento.

Se Vossa Excelência está fazendo a defesa desta CPI, não é no meu entendimento, de bom alvitre, encerrarmos a CPI, porque senão vai por terra a pretensão de defender, não à CPI, mas acima de tudo defender este Poder, que está sofrendo esta interferência.

Por isso, sugiro que Vossa Excelência continue defendendo, que mantenhamos ainda em funcionamento a CPI, muito embora suspensa por 90 dias, e independentemente disso, criando uma outra CPI, porque acho que nada implica um caso com o outro.

Se for até de entendimento da Comissão, que espero que o senhor presidente reuna a Comissão ao final da Sessão de hoje, que se mande já um relatório parcial do que a CPI levantou até hoje, até para facilitar o trabalho do Ministério Público, que não tem que esperar 90 dias.

Manda esse relatório parcial, ao Ministério Público; ele vai analisando ao longo das investigações. E vamos aguardar que Vossa Excelência tenha sucesso na tentativa de resguardar o direito, as prerrogativas desta Assembléia.

Volto a falar, que a cada vez esta Casa abre as suas prerrogativas ou para o Poder Judiciário ou para o Poder Executivo, nós ficamos vazios. esta é mais uma tentativa de se basear, daqui, para frente toda e qualquer tipo de CPI.

Fica esta sugestão.

Parabenizo Vossa Excelência pela decisão tomada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar o nobre deputado Algaci Tulio e todos os parlamentares, que a ação da Mesa Executiva foi nesse sentido: preservar os direitos desta Casa. Vamos lutar pelos direitos dela. Queremos cada vez mais ter independência, em relação aos outros Poderes.

Quero aproveitar também para anunciar e saudar os vereadores do município de Ivaí, que estão presentes, aqui, hoje: o presidente da Câmara, Everaldo Manfron, Orestes Felema, Orivaldir da Costa Pereira, Silvio Deodoro Chociai e Davy Ribeiro. Sejam bem-vindos à nossa Casa de Leis. Quero anunciar também a presença do nosso vice-prefeito e ex-colega, deputado Beto Richa.

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado Plauto Miró Guimarães. Logo em seguida, o deputado Neivo Beraldin.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as irregularidades da telefonia.

Analisando e vendo o desdobramento acontecido, do Poder Judiciário do Estado do Paraná e a sua atitude de criação e implantação de um projeto de resolução, para criar uma nova CPI, não posso deixar, senhor presidente, como membro da CPI que estava em andamento, que estava trazendo, analisando e investigando irregularidades existentes, com relação à prestação de serviço da telefonia fixa do nosso Estado, de onde uma série de irregularidades existentes, onde o usuário do Estado do Paraná está sendo prejudicado, pelas cobranças indevidas. Volumes significativos de recursos estão sendo cobrados a mais, pela Empresa Brasil Telecom.

Tenho certeza, de que com essa nova CPI, vamos poder mostrar o resultado concreto, para a população do Estado do Paraná. E deixar claro que o cidadão paranaense, o usuário do telefone fixo do nosso Estado - usuário do serviço prestado pela antiga Telepar e, hoje, Brasil Telecom, está sendo roubado nas suas contas telefônicas todo final de mês.

Vamos provar! Vamos investigar, com essa nova CPI que o senhor autoriza seja criada! E ao mesmo tempo entregar ao Ministério Público, para que as medidas cabíveis sejam tomadas por ele.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, encaminhei à Mesa alguns requerimentos, solicitando a Vossa Excelência que faça cumprir o Regimento Interno e a Constituição, no que tange a alguns requerimentos aprovados por esta Casa e ainda não respondidos pelo Tribunal de Contas e outros órgãos.

Gostaria de saber de Vossa Excelência se as providências serão tomadas, dentro do que mandam o Regimento Interno e a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência pode ter a certeza, que esta Presidência tomará todas as providências, para que os requerimentos formulados por Vossa Excelência e aprovados por este Plenário, sejam respondidos imediatamente.

Quero informar ainda o Plenário, que estamos incluindo na Ordem do Dia de amanhã, o projeto de resolução, quando será apresentado um requerimento que já está sobre a Mesa, de acordo com o artigo 107, que trans-

forma o Plenário em Comissão Geral, para a análise daquele projeto de resolução.

O SR. TIAGO AMORIM

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Quero registrar a presença dos vereadores Mário Mittmann, da Cidade de Céu Azul e de Osmar Cardoso Rolim, de Quitandinha, e do nosso amigo Reis, que se faz presente, prestigiando esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado nobre deputado.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, com apoioamento dos deputados Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Pupio e Ricardo Maia, devidamente apoiado, constante do expediente. À **Diretoria Legislativa**.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado**. À **Diretoria Legislativa**.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado**. À **Diretoria Legislativa**.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 643/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que determina que a internação de menores infratores seja efetuada nas proximidades do domicílio de seus pais ou responsáveis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada**.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar a Política de Procedimentos Preventivos em relação a Obras de Arte na Construção Civil e cria a Vigilância das Obras de Arte na Construção Civil. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E PARECER CONTRÁRIO DA COPTC.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, em nº de 05, de autoria de diversos deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 059/2000

A presente emenda ao Projeto de Lei nº 059/2000, suprime da sua redação original, os artigos 2º, 3º, 4º, 5º,

6º, 7º, 8º e 10º, renumerando os artigos posteriores ordenadamente, além de modificar o artigo 9º, suprimindo seus parágrafos, numerando-o como artigo 2º, e o artigo 11, como artigo 3º, conforme redação a seguir:

“Art 2º - Fica autorizada a criação da Vigilância das Obras de Arte na Construção Civil, com funções de fiscalizar a implantação da política de Procedimentos Preventivos em relação as Obras de Arte na Construção Civil, esclarecer a população sobre eventuais riscos em Obras de Arte na Construção Civil, identificar e diagnosticar anomalias, verificar procedimentos de correção e reparos de projetos e de execução de serviços e obras de manutenção, além do poder de encaminhar relatório independente solicitando o embargo da obra pelo Poder Público.”

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Algaci Tulio, Geraldo Cartário, Basílio Zanusso e Divanir Braz Palma.

JUSTIFICATIVA:

A proposta de emenda justifica-se pelo seu objetivo de compatibilizar o projeto de lei com sua natureza autorizatória, haja vista que as disposições contidas nos dispositivos suprimidos são de competência administrativa e regulamentar do Poder Executivo.

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, e 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação da lei, conforme determina o parágrafo único do artigo 59, da Constituição Federal.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Fica suprimido o parágrafo único do artigo 2º do Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Nereu Moura, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk e Ademir Bier.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 03

Acrescente-se ao artigo 9º do Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa, o parágrafo 4º, com a seguinte redação:

“§ 4º - O trabalho que será desenvolvido pela Vigilância das Obras de Arte Especial não será remunerado, ficando proibido qualquer pagamento às Universidades, Empresas de Pesquisas Tecnológicas e Projetos, especia-

listas de renome, Associações de Profissionais e CREA-PR, a título de remuneração por serviços prestados previstos nesta lei”.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Nereu Moura, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk e Ademir Bier.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 04

Substitua-se o artigo 2º do Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - O Poder Executivo manterá atualizada a relação de Obras de Arte Especial existente em vias estaduais e/ou de responsabilidade do Estado, classificando-as, conforme a sua finalidade, em pontes, viadutos, túneis, passagens inferiores, passagens subterrâneas para pedestres e passarelas”.

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Nereu Moura, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk e Ademir Bier.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 05

Modifique-se em todo o Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa, o termo “Obras de Arte na Construção Civil” por “Obras de Arte Especial”

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Nereu Moura, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk e Ademir Bier.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que introduz alterações na legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões, do projeto de Lei nº 219/2001.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova

o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - de janeiro a maio de 2001 - Resolução nº 15 de 19/06/1992. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a criar e instituir a Agência Estadual de Controle das Empresas Pedagógicas - AGECEP, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAIC E COPTC E EMENDAS SUBSTITUTIVAS DA COPTC E CAIC. **Aprovado**, com o voto contrário da bancada da oposição. (Publ. no DA nº 141/99, de 19/10/99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 527/99

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar e instituir a Agência de Controle das Empresas Pedagógicas - Agecep, e dá outras providências.

Autuada em 20.10.99, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 33, do Regimento Interno.

Fundamentação

Tal iniciativa pretende a criação e instituição da referida Agência, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar, interpor e regular as empresas encarregadas da conservação, sinalização e construção das rodovias federais e estaduais, que fazem parte do complexo de transporte por vias rodoviárias do Estado do Paraná. Vale dizer, que a matéria reveste-se de caráter autorizatório, considerando-se a iniciativa como sugestão ao Poder Executivo.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 527/99.

Sala das Comissões, em 29.08.2000.

(a) BASÍLIO ZANUSO

Presidente e Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 527/99

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 527/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo autorizar o Poder

Executivo a criar e instituir uma agência estadual de controle das empresas pedagadoras.

Fundamentação

Tendo em vista impedimentos constitucionais que o Poder Legislativo tem em dar início à proposição criando ou para dispor sobre o funcionamento de órgãos da administração pública, pois é de competência exclusiva do senhor governador (inciso IV do artigo 66, e inciso VI do artigo 87 da Constituição do Estado), esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, entende ser mais indicado transformar em caráter autorizatório, o presente projeto de lei.

Conclusão

Sendo assim somos de parecer favorável ao projeto de lei em tela, na forma do substitutivo geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES -Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 527/99

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e instituir a Agência Estadual de Controle das Empresas Pedagadoras, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar, interpellar e regular as empresas encarregadas da conservação, sinalização e construção das rodovias federais e estaduais que fazem parte do complexo de transporte por vias rodoviárias do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS
Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 527/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem o objetivo de autorizar o Poder Executivo a criar e instituir a Agência Estadual de Controle das Empresas Pedagadoras - AGECEP, e dá outras providências.

O referido projeto é meritório, pois as empresas pedagadoras necessitam de um órgão que efetivamente controle suas atividades, tanto no que diz respeito à arrecadação, quanto no que tange à execução das obras e qualidades dos serviços aos usuários, que pagam para ter um serviço de boa qualidade.

Com o escopo de enriquecer e contribuir com o projeto do ilustre deputado autor, apresentamos um substitutivo geral ao mesmo e votamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 527/99

Artigo Único - O projeto de Lei nº 527/1999, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado a criar e instituir a Agência Estadual de Controle das Empresas Pedagadoras - Agecep, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar, interpellar regular as empresas encarregadas da conservação, sinalização e construção das rodovias federais e estaduais que fazem parte do complexo de transporte por vias rodoviárias do Estado do Paraná.

Art. 2º - A Agecep será composta por uma diretoria executiva, assim constituída:

- a) Diretor Presidente;
- b) Assessoria Técnica;
- c) Assessoria Jurídica;
- d) Secretaria Executiva

§ 1º - Os membros da Agência serão nomeados pelo Secretário de Estado dos Transportes, para desempenharem suas funções previstas nesta Lei e no Regimento Interno da Agecep, após aprovação dos nomes de Conselho Deliberativo e Fiscal da Agência.

§ 2º - A Diretoria Executiva elaborará as prioridades na execução de obras, nas rodovias pedagadas, bem como definirá cronograma de execução das referidas obras, devendo submeter para deliberação, tais prioridades e cronograma, ao Conselho Deliberativo e Fiscal, e ainda acompanhará a arrecadação diária, bem como procederá a conferência das empresas pedagadoras que cobram tributos dos usuários pelo direito de passagem pelas rodovias paranaenses, também submetendo-os ao Conselho Deliberativo e Fiscal.

Art. 3º - Será nomeado o Conselho Deliberativo e Fiscal da Agecep, assim constituído:

- a) um representante do Sinduscon - Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná;
- b) um representante do Sindicam - Paraná - Sindicato dos Caminhoneiros do Estado do Paraná;
- c) um representante do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Paraná;
- d) um representante do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná;

e) um representante do Sindicato Intermunicipal dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários do Estado do Paraná;

f) um representante da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

g) um representante do Ministério Público do Estado do Paraná;

h) um representante do Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria de Estado dos Transportes do Paraná;

i) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná;

j) um representante do Crea - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná;

k) um representante do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná;

l) um representante técnico do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal do Paraná ou de uma Universidade Estadual do Paraná;

m) Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná.

§ 1º - Vinculado ao Conselho de que trata este artigo, será criada a Ouvidoria da Agência, com a finalidade de acolher as reclamações, sugestões, reivindicações dos usuários das estradas pedagiadas.

§ 2º - Os conselheiros da Agecep não serão remunerados.

Art. 4º - Compete ao Conselho Deliberativo e Fiscal da Agecep:

a) exercer a fiscalização, sobre a utilização das margens das rodovias, denominadas faixa de domínio - as quais são exploradas pelas pedagiadoras com empresas de comunicação (painéis, outdoors, totens e outros);

c) fiscalizar futuras locações do solo na faixa de domínio das rodovias para a passagem de gasodutos, fiscalização do cumprimento do cronograma físico de obras, seja na duplicação ou construção de rodovias, podendo aplicar multas e/ou suspender, temporariamente, o ato de cobrança de pedágio, até o cumprimento do referido cronograma.

d) fiscalização dos trabalhos de conservação, sinalização e construção dos trechos entregues às empresas concessionárias, levando em conta as cláusulas contratuais firmadas entre o Estado e as empresas pedagiadoras;

e) realizar audiências públicas com a sociedade civil, com o escopo de tornar transparente as atividades de que trata essa lei;

f) analisar e aprovar os eventuais aumentos de tarifas, com base nas planilhas de custos apresentados pelas concessionárias.

Parágrafo Único - As empresas concessionárias do serviço de pedagiamento serão obrigadas a fornecer os balancetes diários e mensais das receitas e despesas à Agecep, sendo que o Conselho Deliberativo e Fiscal os

apreciará e encaminhará cópias e pareceres às Secretarias de Estado dos Transportes e da Fazenda.

Art. 5º - A Agecep elaborará o seu Regimento Interno, num prazo de 60 (sessenta) dias, devendo ser aprovado por maioria absoluta, regulando as atividades da agência em conformidade com esta lei, devendo ser encaminhado para homologação do Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

Art. 6º - A Agecep fará publicações trimestrais, no Diário Oficial do Estado e ainda em três jornais de grande circulação no Estado do Paraná, de balancetes e relatórios especificando:

I - empresas concessionárias, trechos, arrecadação do pedágio;

II - Relação de obras e serviços, com custos unitários e totais, discriminando locais de serviços.

Parágrafo Único - os dados de que trata este artigo deverão ser disponibilizados via Internet para consulta pública.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.04.2001

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, dispõe sobre a utilização de programas abertos pelos entes de Direito Público e de Direito Privado sob controle acionário da Administração Pública. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. (Publ. no DA nº 004/2000, de 21.02.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 030/2000

P A R E C E R :

O projeto de Lei nº 030/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, dispõe sobre a utilização de programas abertos pelos entes de direito público e de direito privado sob controle acionário da administração pública.

Tratando-se de atuação administrativa do governo do Estado, segundo o art. 66, IV da Constituição Estadual, não pode prosperar este projeto de lei de forma imperativa.

Isto posto somos de parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 030/2000, na forma do substitutivo apenso.

Sala das Comissões, em 25.04.2000

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI Nº 030/2000

P A R E C E R :

Art. 1º - A Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional do Estado do Paraná, utilizará preferencialmente programas abertos em seus sistemas e equipamentos de informática.

Art. 2º - Entende-se por programa aberto aquele cuja licença de propriedade industrial ou intelectual não restrinja sua distribuição, cessão, utilização ou alteração de sua caracterização original.

Art. 3º - O programa aberto deve assegurar ao usuário acesso irrestrito ao seu código-fonte, sem custos, podendo o programa ser modificado integralmente, caso necessário, para aperfeiçoamento.

Parágrafo Único - O código-fonte deve ser utilizado como recursos preferencial para alteração do programa aberto, vedada a introdução de formas intermediárias de acesso.

Art. 4º - A licença do programa aberto poderá restringir somente a distribuição do código-fonte em forma modificada caso autorize a distribuição de programas alterados em conjunto com o código-fonte original, para alteração do programa durante o processo de compilação.

Parágrafo único - A licença de que trata este artigo permitirá a distribuição de programa compilado a partir do código-fonte modificado, podendo exigir que os programas derivados tenham diferentes nomes ou números de versão para distingui-los do original.

Art. 5º - No Estado do Paraná não será utilizado programa aberto cuja licença discrimine pessoa ou grupo, bem como que restrinja outros programas distribuídos conjuntamente.

Art. 6º - Os programas abertos utilizados pela Administração Pública no Paraná não poderão ter licença específica para um único produto possibilitando que os programas extraídos do original tenham a mesma garantia de livre alteração, distribuição ou utilização.

Art. 7º - Nas licitações envolvendo os entes públicos citados nesta lei, em igualdade de condições, estes poderão optar por programas abertos, na forma desta lei.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.04.2000
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 030/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe de autoria do deputado Edson Praczyk, dispõe sobre a utilização de programas abertos pelos entes de direito público e de direito privado sob controle acionário da administração pública.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a matéria ventilada neste projeto, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.2001
(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 030/2000.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, antes que Vossa Excelência faça a leitura do item 7, eu queria fazer um apelo ao deputado Antônio Belinati. Entreguei já um requerimento à Mesa, solicitando a retirada por 5 Sessões, porque no dia de ontem nós votamos o Projeto 88/2001, do deputado Luiz Carlos Martins, que justamente já alterou a Lei 11.182/95, que trata da questão de permissão para que estudantes possam ter acesso a shows, estádios de futebol, eventos, enfim, pagando meia entrada, disciplina a emissão da carteira estudantil. O Projeto do Deputado Luiz Carlos Martins, incluiu a União Paranaense de Estudantes que na lei de 95 não constava, porque a UPE estava, de certa forma, desativada.

Bom, quando o projeto do deputado Luiz Carlos Martins transitou pela CCJ, no parecer elaborado pelo deputado Antonio Carlos Belinati, foi sugerido, e eu leio aqui o final do parecer.

“Desta forma, considerando a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa da proposição, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei 88/2001, que é do deputado Luiz Carlos Martins, bem como opinamos pela sua anexação ao Projeto de Lei 129/2000”, que é o projeto, evidentemente, do deputado Antonio Belinati.

Ontem nós votamos o projeto do deputado Luiz Carlos Martins, hoje tem o projeto do deputado Antônio Carlos Belinati, ao qual, segundo consta, está anexo o Projeto de Lei 176/2000, do deputado Beto Richa, se, não me falha a memória, pois eu não consegui ainda lê-lo. E basicamente, o que pretende o deputado Antonio Carlos Belinati, é permitir também que a União Municipal de Estudantes emita as carteiras.

A preocupação que eu tenho, deputado Belinati, é a seguinte: nós temos 399 municípios no Paraná. Poderemos ter, com certeza 399 Uniões Municipais de Estudantes. Permita-me dizer a Vossa Excelência e os demais, que vai ficar de repente, - deixa usar até um termo, talvez não apropriado, - um “samba do crioulo doido”, de que cada União Municipal pode de repente, adotar uma prática, um modelo de carteira.

Imagine o estudante lá de Jardim Alegre, de Jataizinho, cada um com uma carteira diferente. Um evento aqui em Curitiba, cada instante vai ser uma dificuldade porque as carteiras emitidas, cada uma poderá seguir um modelo.

Então, estou fazendo esse apelo a Vossa Excelência e concordo com a retirada por 5 Sessões para que a gente possa melhor analisar esta questão, porque a lei do deputado Luiz Carlos Martins inclui apenas a UPE, acho que isso é correto, é uma União Estadual uma União Paranaense, o outro autorizado a emitir a carteira é a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, que tem abrangência no Estado. Uma coisa que tem uma abrangência nacional e estadual, teríamos no máximo 2 modelos de carteira ou 4 modelos de carteiras, mas ainda assim poderemos chegar a um entendimento mais fácil.

Agora, com 399 unidades municipais que vão ser fiscalizadas por departamentos municipais de cultura e esporte, que muitas vezes não existe, que não tem condições de fazer verificação, poderemos ao invés de ajudar aos estudantes, gerar complicadores.

Então, faço um apelo ao deputado que concorde com o nosso requerimento, são apenas 5 sessões, quem sabe dá tempo de votarmos até o final deste mês, senão no início de agosto votaríamos esse projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (Para Encaminhar)

Embora tenha algumas posições até diferentes do que pensa o deputado Orlando Pessuti, com relação à emissão dessas carteiras da União Municipal dos Estudantes, eu quero propor também ao deputado Orlando Pessuti que possamos voltar a discutir esse assunto durante essas 5 sessões que propõe Vossa Excelência, na retirada desse projeto de lei, e traçar, também aí uma discussão com a União Paranaense dos Estudantes, que a gente possa chegar ao entendimento, uma vez que esse projeto veio justamente no entendimento deste parlamentar com membros da União Municipal dos Estudantes.

Portanto, senhor presidente, peço a Vossa Excelência que submeta à votação o pedido do deputado Orlando Pessuti, que nós concordaremos com o adiamento por 5 sessões desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 5 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que altera a redação da Lei nº 11182, de 23 de outubro de 1995. **PARECERES FAVORÁVEIS CCJ E CE. (Publ. no DA nº 043/2000, de 02.05.2000).**

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, fica adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 129/2000.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI Nº 129/2000 E 176/2000

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 129/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, visa alterar a redação da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995, e o Projeto de Lei nº 176/2000 de autoria do deputado Beto Richa, visa dar nova redação do Artigo 2º da Lei nº 11182, de 23 de outubro de 1995, encontram-se anexos conforme requerimento aprovado em plenário.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 129/2000

P A R E C E R :

De autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati o Projeto de Lei nº 129/2000, altera a redação da Lei nº 11182 de 23 de outubro de 1995.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade de seus membros presentes, elaborou parecer favorável.

Esta Comissão de Educação chamada a se pronunciar, concluiu pela aprovação.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Sobre o referido projeto também há uma solicitação, um requerimento do deputado Algaci Tulio, solicitando anexação do Projeto de Lei nº 88/2001.

Em discussão.

Pela ordem, o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Veja bem, só a título de esclarecimento: o que o deputado Algaci Tulio está requerendo é justamente aquilo que tinha sido aprovado na CCJ.

Acontece que o Projeto nº 88/2001 já foi aprovado na Sessão de ontem, dia 18, item nº 12 da Sessão, já foi

votado esse projeto. Então, de repente, teríamos que aguardar a Redação Final desse projeto para ver no entendimento depois com o deputado Antonio Belinati, porque tem o 88/2001, tem o 129/2000 e tem o 176/2000.

Quer dizer, então...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a Vossa Excelência que 88/2001 já está para Redação Final. Nós vamos encaminhar todos para a Redação Final.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/2000, de autoria do Deputado Beto Richa, que institui a Universidade Estadual do Norte Pioneiro do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CE. (**Publ. no DA nº 062/2000, de 29.05.2000**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 172/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, tem por objetivo instituir a Universidade Estadual do Norte Pioneiro do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 172/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, que tem por objetivo instituir a Universidade Estadual do Norte Pioneiro do Paraná.

Chamada a opinar, esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes entende que com a transformação das atuais faculdades isoladas em um complexo universitário, trará maiores condições de desenvolvimento regional.

Diante do exposto, somos compelidos a emitir nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Em votação.

Para discutir, o deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, queria deixar consignado a necessidade que o Norte Pioneiro tem, de realmente ter a sua universidade.

Sou originário do Norte Pioneiro e mantenho lá ainda, as minhas raízes, e vejo que durante anos e anos, os governos têm esquecido essa região do Norte Pioneiro, que carinhosamente é chamado como "Ramal da fome", aonde Vossa Excelência já passou e sabe.

Acho que hoje o ensino universitário é uma grande fonte de desenvolvimento, inclusive das regiões. Estou vivenciando e vendo isso hoje em Londrina. A expectativa nossa, na cidade, é na próxima década termos lá, deputado Durval Amaral, dez universidades, um contingente de 50 mil novos universitários. Isso acaba incentivando o comércio, incentiva o comércio imobiliário, os aluguéis, enfim, a cidade se movimenta para a chamada prestação de serviços.

Acho, com toda sinceridade, até porque originariamente sou do Norte Pioneiro, que ele deve e merece, ter uma universidade, porque vejo a necessidade para o desenvolvimento, que ela tenha um atrativo maior, que tenha um referencial. As universidades, em qualquer lugar, do mundo sempre despontam como referencial para o desenvolvimento, para a atração, inclusive, até daquele que quer investir.

Quero cumprimentar o deputado Beto Richa, que tem as raízes também, onde tenho, no Norte Pioneiro, e dizer que vou votar com muita satisfação e vou inclusive divulgar essa idéia, da necessidade, para que as cidades, de Jacarezinho, Santo Antonio da Platina, Wenceslau Braz, enfim, aquelas outras cidades nossas, lá possam se desenvolver como grande atrativo que é a criação de uma universidade.

Muito obrigado.

O SR. HERMAS BRANDÃO

Encerrada a discussão, em votação. **Aprovado.**

Pela ordem, o deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, gostaria de fazer um apelo ao relator da Comissão de Orçamento, deputado Durval Amaral, tendo em vista que o prazo para a apresentação de emendas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias já ter se esgotado, de fazer uma análise da questão da legalidade ou da necessidade da inclusão na LDO da previsão orçamentária para a criação dessa universidade.

Visto que o prazo das emendas já foi terminado, pediria ao nobre relator, da possibilidade de incluir no substitutivo que será apreciado na Comissão de Orçamento, na próxima terça-feira, como um artigo do substitutivo, colocando a possibilidade da implantação dessa universidade.

Quero aqui em nome do PPS, meu partido, parabenizar a iniciativa do deputado Beto Richa, que tenho certeza absoluta e sei da necessidade, há dias atrás junto com o deputado Hermas Brandão acompanhamos diversas lideranças do Norte Pioneiro, que estavam aqui pleiteando e reivindicando essa universidade, que tenho

certeza absoluta, vai atender, e muito, aquela região do Norte do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente da CPI que investiga a Sanepar, gostaria de aproveitar esse momento para convocar os deputados membros da CI, especialmente os deputados Ricardo Chab, Strapasson, Cartário e Plauto Miró, porque amanhã nós iremos receber toda a Diretoria da Sanepar, às 17h00, aonde nós teremos uma reunião pública e aberta, onde todos poderão fazer as suas perguntas à direção da Sanepar. Nós estamos trabalhando sobre o assunto da Sanepar.

Gostaria de lembrar Vossa Excelência, senhor presidente, que indagasse o líder do Governo, porque o ex-secretário Nakamura foi convidado para a Comissão de Meio Ambiente e ainda não deu sinal de notícia, se virá ou não.

Gostaria de saber se temos perspectiva de cumprimentar o nosso ex-secretário ou não. Acho que o líder do governo poderia responder, acho que ele deve explicação à Casa, porque um engenheiro, quando assina uma obra, fica responsável por cinco anos pela obra, e ele, além de engenheiro, foi secretário. Deve explicação à Casa e o líder do Governo deveria trazer notícias do nosso querido Hitoshi.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu vou entrar em contato com o ex-secretário de Meio Ambiente, ver da disponibilidade de ele aceitar o seu convite. Quero transmitir a Vossa Excelência que, como presidente desta Casa, estarei amanhã acompanhando os depoimentos dos diretores da Sanepar na Comissão presidida por Vossa Excelência.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, esclarecendo ao deputado Neivo Beraldin que, como líder do Governo, não posso falar sobre ex-secretários do Estado que efetivamente prestaram seus serviços em outro momento, ao Governo Jaime Lerner, razão pela qual, acredito que o encaminhamento mais correto é exatamente esse, de Vossa Excelência entrar em contato com o ex-secretário Hitoshi, para que ele compareça ou não, a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele será convidado.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Eu, na condição de relator da Comissão Especial de Investigação, quero estender o convite feito pelo deputado Neivo Beraldin a todos os membros desta Casa, porque é uma questão muito importante essa levantada com relação à Sanepar.

Vou pedir aos deputados Luiz Carlos Martins, Algaci Tulio, Tiago Amorim, Luiz Carlos Alborghetti, para que anunciássemos nos nossos programas, a procura do ex-secretário Nakamura e quem sabe, a gente o localize.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Excelência de Futsal e Futebol de Campo” no município de Cascavel, com objetivo de fomentar este esporte no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CE. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 090/2000, de 28/02/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 228/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar “o Centro de Excelência de Futsal e Futebol de Campo” no município de Cascavel, com o objetivo de fomentar este esporte no Estado do Paraná e dá outras providências.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Lei, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 31.10.2000.

(aa) BASILIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 228/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo criar o Centro de Excelência de Futsal e Futebol de Campo no município de Cascavel, com o objetivo de fomentar este esporte no Estado do Paraná.

Esta Comissão, ao analisar a matéria, observa a importância da mesma; embora seja autorizatória, tem o embasamento constitucional conforme parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Isto posto, emitimos parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 228/2000.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que institui Meia-Entrada para Idosos em locais que menciona e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDH. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. (Publ. no DA nº 145/2000, de 25.10.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 343/2000

P A R E C E R :

De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, o projeto de lei em epígrafe institui meia-entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo, na forma de substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 343/2000

Art. 1º - Fica assegurado aos idosos o pagamento de meia-entrada referente ao valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversão, de espetáculos teatrais, musicais, circenses, em casa de exibição cinematográfica, parques, estádios, praças esportivas e similares das áreas de esporte, cultura e lazer do Estado no Estado do Paraná.

§ 1º - Para efeitos dessa lei, consideram-se casas de diversão, como previsto no *caput* deste artigo, os locais que, por suas atividades, propiciem lazer e entretenimento.

§ 2º - Considera-se idoso, para efeitos desta lei, a pessoa com mais de sessenta anos de idade.

Art. 2º - A meia-entrada corresponde a cinquenta por cento (50%) do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data e horário.

§ 1º - Caso os promotores dos espetáculos ofereçam descontos no preço dos ingressos, os idosos pagarão a metade deste preço.

Art. 3º - O documento hábil para a concessão do benefício constante no artigo 1º desta lei será a carteira de identidade expedida pelo órgão competente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 343/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Pastor Edson Praczyk, objetiva instituir meia-entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências.

Podemos observar que sobre a matéria já foi apresentado parecer favorável com emenda substitutiva da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, conforme determina o § 3º, do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma da emenda apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2000.

(a) ADEMIR BIER

Presidente e Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
DA CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 343/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo autorizar a instituir meia-entrada em locais que menciona e dá outras providências.

O presente projeto já recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, sendo que a CCJ apresentou um substitutivo geral ao mesmo.

Chamada a opinar esta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, entendendo que a proposição irá beneficiar uma valorosa parte da nossa comunidade, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 343/2000, na forma do substitutivo da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 18.04.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 343/2000.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, requerimento de autoria da bancada do PTB, indicando, como líder da Bancada, a partir de 1º de julho, o deputado Carlos Simões, em substituição ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados. Recebo com muita tranquilidade essa minha cassação de liderança do meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, e recebo até com um certo cuidado nesse momento, em discutir essa questão.

Tenho em mãos a cópia desta Moção de Apoio assinada pelos parlamentares e acho que quando fui indicado líder do PTB nesta Casa, não foi por vontade própria e nem por imposição do deputado Algaci Tulio, mas foi por um entendimento da bancada, que via no deputado Algaci Tulio, o PTB na sua testa, o parlamentar que defenderia as causas do Partido Trabalhista Brasileiro. E acho que foi desta forma que atuei aqui, na Casa.

Não encontro, com toda sinceridade e respeito aos companheiros que assinaram este requerimento, nenhuma motivação para que eu seja substituído na liderança do PTB.

O requerimento tão somente diz: “Curitiba, 18 de junho de 2001 - Nós, abaixo-assinado...” (faltou um s aqui) “...deputados estaduais da Bancada do PTD, indicamos à Mesa Executiva, como novo líder da Bancada Petebista, a partir desta data, o deputado Carlos Simões. Por ser a expressão da verdade, firmamos...” e aí vem as assinaturas.

É um desejo da bancada, senhor presidente, e sou obrigado, neste momento, a atender, porque não tenho outra alternativa regimental para poder questioná-lo. Mas lamento, senhor presidente, a forma como e tomou essa decisão, e questiono aos que assinaram: que me justifiquem o porquê que estão me tirando da liderança do PTB. Que me digam, publicamente, agora, usando este microfone como estou usando, para que justifiquem onde o deputado Algaci Tulio infringiu qualquer ato que desabonasse o Partido - o PTB, aqui, nesta Assembléia Legislativa.

Se eu infringi o Regimento da Casa, se faltei com o decoro parlamentar, se não respeitei o Estatuto do meu Partido, gostaria que a bancada me desse essa informação, para que eu pudesse até fazer uma análise com a minha consciência e fazer uma reflexão. De repente entendo que não atuei corretamente, que não conduzi ao desejo da bancada.

Além do mais, acho que não se comete um ato de traição a um companheiro. Não é desta forma que engrandecemos a classe política que já está tão desgastada. Não me constrangeria - em hipótese alguma - se os companheiros de bancada marcassem uma reunião, convidassem o deputado Algaci Tulio, até então líder do PTB, para que viesse à reunião e a bancada me questionasse: Olha, deputado, o senhor não está agindo corretamente na liderança do PTB. O senhor está falhando com isso, com aquilo... Evidentemente iríamos discutir! Afinal de contas não uso arma, não tenho no meu coração vingança. Não tenho esse espírito de violência. Isso agride.

A violência maior está se cometendo neste momento, quando se coloca à Mesa, a substituição de uma liderança de partido, que é um partido sério, que não pode ficar sendo jogado como peteca de um lado para outro, porque não está agredindo, ofendendo o deputado Algaci Tulio; está ofendendo o PTB. Deixei de fazer a política de campo, de ir para os meus municípios e fui a Brasília, levar o meu apoio e levar os meus votos para a reeleição do companheiro deputado federal José Carlos Martinez, posição que não tiveram outros parlamentares! Deixei meus afazeres particulares, políticos e fui a Brasília. Felizmente, naquele momento em Brasília, era uma chapa única, que consolidava a reeleição de José Carlos Martinez. Se na última hora aparecesse uma chapa adversária e necessitasse de votos da bancada do Paraná, do PTB, onde é que estava esta bancada? Cada um dos senhores deputados certamente estava em suas bases eleitorais.

Senhor presidente, vi apenas o deputado Valdir Rossoni, me permita corrigir, que se fez presente. Mas, dois votos, deputado Valdir Rossoni, talvez não fossem suficientes para salvar a eleição do deputado José Carlos Martinez. Não é o caso, senhor presidente.

Só lamento, profundamente, a forma grosseira, grotesca, vingativa, desrespeitosa para com um parlamentar. Podemos aqui, discordar nas bancadas: cada um tem uma posição política nesta Casa. Agora, o que não se pode é no cair da noite, na madrugada, pelas costas, fazer um ato desta natureza. destituindo um companheiro, que, tenho certeza absoluta, não criou nenhum problema para o Partido. Porque se tivesse criado, acho que a justificativa que quero galgar, é esse meu questionamento.

Não há nenhuma justificativa, simplesmente pegam aqui nove assinaturas e se destitui um líder, como se isso fosse uma brincadeira, senhor presidente e senhores deputados. Como se fosse uma brincadeira cassar um parlamentar! Não consigo entender!

Espero que esta bancada justifique, faça uma justificação, use um espaço, um microfone e diga: Deputado Algaci Tulio, o senhor não estava correspondendo. Mas justifiquem, digam o que eu não estava correspondendo na liderança do PTB!

Senhor presidente, lamento profundamente isso. Isso não muda em nada o fato de continuar líder ou não ser líder do PTB, não muda em nada minha posição dentro desta Assembléia.

Pelo contrário, acho que até me enaltece, me dá mais fôlego, me dá mais ânimo, mais desejo de mostrar mais trabalho ainda em defesa do povo do Paraná, que é esta a bandeira do PTB. A bandeira do PTB é a defesa do povo do Paraná e é esta bandeira que carrego e que procurei carregar até hoje, aqui, nesta Assembléia Legislativa. Lamento, senhor presidente.

Encerro, lamentando profundamente não ter sido convidado para uma reunião e ter recebido, na minha cara, de cada um dos senhores parlamentares da bancada do PTB, “estamos mudando a liderança,

Vossa Excelência não está correspondendo por isso e aquilo.” Evidentemente que, eu, minoritário nesta situação, claro que teria que me render a esta colocação dos companheiros. mas, lamento, que isso não aconteceu. De uma forma traiçoeira, de uma forma vingativa, de uma forma desrespeitosa para com um companheiro desta Casa, sou neste momento julgado por este Plenário, e comunicado pelos senhores parlamentares que a partir deste momento, os companheiros: Hermas Brandão, Valdir Rossoni, Carlos Simões, Ademar Traiano, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab e Tiago Amorim, não desejam mais a minha liderança na bancada do PTB.

Era só, senhor presidente.

O SR. NEIVO BERARDIN (Para Encaminhar)

Gostaria, em solidariedade ao companheiro Algaci Tulio, entregar a ele cópia do documento que encaminhei ao Ministério Público ontem, com os anexos, que lhe darão argumento e instrumento suficientes para dar a resposta ao Governo. Foi o governo que recomendou que tirassem Vossa Excelência da liderança, com certeza, porque Vossa Excelência tem tido aqui uma posição independente.

Então, para ser mais independente e ainda mais eficaz, entrego a Vossa Excelência uma síntese da síntese do estudo das contas de 99. E, aos poucos, Vossa Excelência, usando deste microfone, irá provar ao governo Lerner, que terá argumentos e mais argumentos para que o Ministério Público intervenha imediatamente no seu Governo. E se o Ministério Público Estadual não o fizer, o Federal fará.

Por isso, entrego a Vossa Excelência em sinal de solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 1942, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1965, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1967 a 1979, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1969, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1970, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1972, 1973, 1975 e 1976, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1974, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Apro-**

vado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1977, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1978, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1980, 1981 e 1992, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1982, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nº 1983 e 1984, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1985 a 1987, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1988 a 1990, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1999, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2000, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2003/A, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1998, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, com apoio dos senhores deputados Luiz Carlos Martins, Tony Garcia, Plauto Miró Guimarães, Algaci Tulio e demais senhores deputados, constante do expediente. **Recebido, na forma do artigo 107 do Regimento Interno.**

Requerimento nº 1997, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, havia sido feito um entendimento com o deputado Orlando Pessuti, de que apresentaria uma emenda, inicialmente, no Projeto 219/2001, e sugerimos que ele apresentasse na forma de requerimento. E vejo aqui, o deputado Durval Amaral me repassa, que apesar de estar sendo feito como requerimento, ele coloca um parágrafo único, como se fosse uma emenda.

Então, gostaria que o deputado Durval Amaral aca-
tasse o requerimento como sugestão para que seja colocado e não como emenda, porque o prazo para emenda já se esgotou.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto o nobre deputado Orlando Pessuti se concorda com a alteração proposta pelo deputado Cezar Silvestri.

O SR. ORLANDO PESSUTI

De acordo, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Gostaria que Vossa Excelência fizesse a alteração de próprio punho.

Os deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. TIAGO AMORIM (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, com base no requerimento que encaminhamos à Mesa, a Vossa Excelência, estamos comunicando à Casa, que os deputados Chico Noroeste, Eli Ghellere, Litro, Tiago Amorim Novaes e Elio Rusch, estarão em uma Comissão Especial, se deslocando para Porto Alegre amanhã, para discutir assunto relacionado à Estrada do Colono.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 527/99; 172 e 228/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 010 e 272/99; 182/2000; 061, 203, 221 e 224/2001; e dos Projetos de Resolução n°s 017 e 020/2001.

Marco ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 003, 008 e 012/2000.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 020/2001.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO

SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM
SESSÃO DO DIA 19 DE JUNHO DE 2001.

“Entregamos nosso rios para quem comprar a Copel”

Paulo Roberto Pereira de Souza -
De Maringá

Folha: *Como o senhor analisa a venda da Copel no aspecto ambiental, principalmente na questão sobre a água?*

Souza: Um dos maiores problemas da humanidade no futuro vai ser a água. Estima-se que algo em torno de 2,8 bilhões de pessoas nos próximos 25 anos terão problema com a falta d'água. A água do planeta é um recurso natural não renovável, igual ao petróleo. Embora o mundo tenha mais água do que terra, do total da água existente, 97% constituem água de mares e oceanos, que não serve para nada, nem para uso industrial. Portanto, sobram 3% de água doce. Destes 3%, 2% estão nas calotas polares (Pólo Norte e Pólo Sul) e o transporte dessas geleiras é caríssimo. Um príncipe saudita pediu um estudo e estimou-se que para trazer um megaiceberg iria gastar em torno de US\$10 bilhões. Um custo altíssimo e inviável. Então, da água que resta (1%), 0,75% estão no lençol subterrâneo e só 0,25% afloram na forma de rios e lagos. Então, pensando em tudo isso, a revista “The Economist” fez um estudo e mostrou que a água vai ser a commodity (produto comercial) mais procurada do mundo. Sendo que a água já é tratada como commodity como o petróleo, milho e soja.

Folha: *A água do Paraná não está sendo considerada na análise da privatização da Copel?*

Souza: Hoje temos a Lei 9433/97 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Esta lei já dá para a água um valor econômico. Os romanos diziam que a água é *res nullius* (coisa nula, coisa fora do comércio), porque os romanos não conheceram sequer o aproveitamento energético da água. Hoje a noção é outra e se chama a água de *res omniuns* (coisa de todos). A água é um tipo de bem difuso, aquilo que pertence a um número indeterminado de titulares e que exige de todos a responsabilidade e a proteção deste bem. A água é essencial para vida. Você não pode imaginar a vida sem a água. Então, por isto, há toda uma preocupação no mundo inteiro sobre a preservação, conservação e uso racional e sustentável da água.

Folha: *O que esta lei prevê?*

Souza: Esta lei criou entre nós os planos de recursos hídricos. Nós teremos um plano nacional, planos estaduais, o enquadramento dos corpos de rios e lagos em classes. Temos diversas classes que vão determinar o tipo de uso da água. Há uma outorga (autorização) do direito de uso de recursos hídricos em que ninguém poderá usar a água de um rio sem antes receber uma outorga. A lei também prevê a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Então, a partir de agora, todas as bacias hidrográficas devem ter uma agência de água e um comitê de bacia

hidrográfica e os municípios banhados por estes rios irão receber uma parte do valor que será cobrado. Todo o uso da água será cobrado, com exceção de pequenos e médios agricultores, os demais usuários, no uso comercial, industrial, inclusive a própria Sanepar, todos terão que pagar pelo uso da água.

Folha: *Em que a cobrança do uso da água vai implicar no processo de privatização?*

Souza: Vamos pegar como exemplo o Rio Tibagi. haverá uma agência de água do Rio Tibagi, um Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi e todo o planejamento será feito levando em conta a bacia hidrográfica. Quem usar a água terá que pagar pelo uso. Bom, a partir do momento que existir o pagamento pelo uso, quem usar vai conservar, inclusive vai reciclar. Hoje, em inúmeros países, se recicla água de esgoto. De toda a água usada no mundo, dois terços são usados para a agricultura, especialmente para a irrigação. Israel, por exemplo, recicla o esgoto e depois de tratado utiliza para a irrigação. Hoje, em muitos países você tem uma água utilizada para o consumo humano e outra água usada para lavagem de carros, calçadas, casa, porque a água é muito cara.

Folha: *E como controlar o uso?*

Souza: A partir do momento que ela passa a ser cobrada e a partir do momento que você tem um controle do uso da água, as pessoas começam a racionalizar este uso. A partir de toda essa nova estrutura em torno da água, nos temos que considerar no episódio de privatização da Copel que ao privatizá-la nós estaremos privatizando os rios que enchem as barragens na qual ela é proprietária. É bem verdade que para fazer o uso comercial e para vender esta água, a empresa que adquirir a Copel vai precisar de uma outorga e quem tiver esta barragem vai ter uma condição privilegiada em relação a qualquer outro. Ninguém poderá competir com o dono da barragem que é quem acumula a água.

Folha: *Então a água pode deixar de ser um bem público com a privatização?*

Souza: O valor inestimável desta commodity e todo este estoque de água que existe nas barragens nunca foram considerados nas discussões em torno da privatização da Copel. A água pertence à Copel. É um bem público, mas as turbinas são impulsionadas pela água da barragem e aquela água na saída da barragem, ainda hoje, é coisa de ninguém, mas daqui há 20anos, quando cerca de 3 bilhões de pessoas irão padecer por falta de água, um barril de água vai valer muito mais que um barril de petróleo. Hoje, em algumas partes do Oriente Médio, um barril de água já vale mais que um barril de petróleo. Então, neste ponto que o valor da água no caso da Copel é intangível e até aqui não está sendo considerado.

Folha: *Haverá escassez de água, uma demanda tremenda pelo produto, além da possibilidade das pessoas não poderem arcar com o custo. São estas as previsões?*

Souza: Será mais ou menos da mesma forma que hoje nós arcamos com o custo do petróleo. Já foi ridículo

o preço do petróleo, tanto que nós abandonamos as vias fluviais e os trens passando a matriz do transporte brasileiro a ser baseada no modelo rodoviário porque o petróleo era muito barato. Hoje ele é caro e nos temos que suportar o custo. Então as pessoas terão que forçosamente pagar por este custo no caso da água. A partir do momento que você privatiza um reservatório - porque quem comprar vai comprar a empresa, as suas usinas e o estoque de água, pois as usinas são movidas por água - automaticamente terá uma condição privilegiada de uso e comercialização daquela água.

Folha: *E nas demais questões, quais serão as consequências com a privatização?*

Souza: Eu analiso a questão da privatização da Copel de um ponto de vista não emocional. Faço uma análise, tirando a questão política, porque é uma decisão discricionária do governador. Na questão jurídica ele tem a liberdade e o direito de vender. A Copel é um exemplo nacional e no mundo de preservação e de respeito ao meio ambiente. A postura da Copel tem sido referência, porque nunca se ouviu falar em desastre ecológico ou de um dano ambiental envolvendo a Copel. O Ministério Público do Paraná, através da Coordenadoria de Apoio às Promotorias do Meio Ambiente, tem detectado inúmeros problemas ambientais com as empresas privatizadas em São Paulo que fazem divisa com o Paraná e que compraram hidroelétricas do governo de São Paulo. Estas empresas não estão cumprindo os termos da licença ambiental e das leis ambientais porque já uma preocupação exclusivamente com o lucro, sendo que esta preocupação social e com o coletivo desaparece completamente. Os países que privatizaram estão tendo problemas. A imprensa mostra os problemas de racionamento da Califórnia porque as empresas não investiram e não fizeram os investimentos que eram obrigados a fazer. Basta olhar a questão do pedágio. Este nós conhecemos bem porque passamos por ele todos os dias. Quem vai de carro para Curitiba sabe que eles sequer tiveram a vergonha de pavimentar a terceira pista nas subidas da Serra do Cadeado, causando aquelas filas intermináveis e acidentes. Não fizeram os investimentos necessários e estão arrecadando fábulas de dinheiro. Então é uma máquina de dinheiro e não há nenhum respeito com a população porque ninguém sabe o quanto está sendo girado de dinheiro.

Folha: *Então, porque vender a Copel?*

Souza: Será que agora o povo inteiro deste Estado vai ver a sua mais eficiente e rentável empresa ser simplesmente jogada fora, pelo fato de que o governo atual não consegue equacionar suas contas? Por quê tentar enganar a população dizendo que o problema é da política federal ou que a Copel não vai ter competitividade? Isso é tapar o sol com a peneira. É menosprezar a inteligência da população do Paraná. Então, na verdade, o que o governo tem é uma necessidade de vender a galinha dos ovos de ouro, a maior jóia da coroa do Paraná para pagar conta, para pagar incompetência e para pagar despreparo na versão do dinheiro público. Basta ver o exemplo do

Banestado. Pegaram o Banestado impecável e depois arrebentaram o banco para poder jogá-lo fora. Perdemos o Banestado e hoje o empréstimo não tem uma única linha de crédito para investimento. O Banestado tinha uma carteira de mais de US\$ 1 bilhão de operação de câmbio, mais US\$ 1 bilhão de operações de fomento à indústria e mais de mil contratos de crédito rural e tudo isso acabou e hoje a população está desatendida.

Folha: *Estamos sujeitos a consequências graves com a privatização?*

Souza: Vamos cometer um verdadeiro crime porque ninguém tem idéia de como eles vão gerir e como vão administrar este patrimônio. Pelo desrespeito que as empresas têm tido no trato da questão ambiental, se antevê problemas sérios. Vamos entregar recursos da natureza. Vamos entregar os nossos rios para quem comprar a Copel. Na prática, de direito, os rios continuam pertencendo ao Estado e à União, pertencendo ao povo, mas vai ter alguém com a chave da entrada e da saída desses rios. Então eles vão manobrar esses reservatórios como eles quiserem. Nós vimos em Jataizinho (Norte do Estado) que eles proibiram as empresas de retirar barro para as olarias. Geraram desemprego em massa, problema social, porque as margens são das empresas que compraram as hidrelétricas do governo de São Paulo. Devemos estar atentos, porque em que medida a sociedade está preparada para enfrentar uma megaempresa que virá operar uma hidrelétrica ou em que medida a sociedade está preparada para fiscalizar e controlar esta empresa? Nós vimos agora a Petrobrás, que é uma estatal, que perdeu 4,5 milhões de litros de óleo no Rio Iguaçu e não percebeu. Se vazar 20 litros de gasolina do meu carro fico desesperado, qualquer um fica. Eles perderam 4,5 milhões de litros e não perceberam, tamanho é o descaso, tamanha a desconsideração com os valores maiores da sociedade. São estas preocupações que devemos ter. Ou seja, como vai ocorrer ninguém sabe, mas é certo que vamos estar sujeitos a consequências imprevisíveis.

Folha - *Não é possível fazer nada juridicamente?*

Souza - Diria que juridicamente falando vai ser possível exigir que este valor da água, até aqui intangível enquanto commodity, possa ser considerado na determinação do preço. Agora, impedir a venda, juridicamente, não dá porque o ato é discricionário do governador. Aí entra uma ação política da sociedade em tentar mostrar ao governador o que ela entende adequado ou inadequado. Mas, lamentavelmente, nós vemos que como herança dos tristes anos de ditadura no Brasil o povo perdeu a capacidade de se indignar. O povo vem aceitando as coisas muito pacificamente e vem engolindo todos os desmandos que a classe política vem impondo. A decisão de vender, infelizmente será imperial, de sua alteza. Vamos ver o quanto o governador vai considerar ou não o interesse do povo.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTDO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO EM SESSÃO DO DIA 19 DE JUNHO DE 2001.

“Argumentos que não convencem”

Folha do Paraná

As razões do Governo do Paraná para vender a Copel nunca foram suficientemente explicadas, e as explicações dadas sempre deixaram muitas dúvidas. O primeiro argumento foi que a empresa perderá competitividade diante das concorrentes privadas do setor, se permanecer como estatal. Depois a justificava foi que a venda proporcionaria sustentação à Previdência do Estado, eis que a lei de privatização, em vigor há três anos, estabelece que a maior fatia desse dinheiro (70%) será destinada a esse fim. Mais recentemente o argumento derivou para o atendimento às áreas e saúde educação e segurança.

Sabe-se que o governo estadual tem uma dívida, já admitida, de mais de R\$7 bilhões, com algumas concorrentes garantindo que é mais do que isto. O Banco do Estado do Paraná já foi vendido, parte da Sanepar também, royalties da usina de Itaipu foram recebidos antecipadamente, comprometendo pelo menos cinco administrações futuras, e a conta a pagar não mudou de tamanho, mas ao contrário, parece crescer. Agora a obstinação é pela venda da Copel, sabendo-se que, por melhor negócio que se faça com essa transação, a receita pouco atenderá a dívida, eis que o dinheiro será quase todo destinado à ParanaPrevidência, e o Estado ainda terá que recuperar as ações da Copel, caucionadas junto ao Banco Itaú, adquirente do Banestado.

Agora o governo faz uma nova conta e joga na futurologia do catastrofismo, apontando que o Paraná vai gastar R\$41 bilhões com aposentadorias e pensões de funcionários públicos até 2030, e que “o rombo” seria amenizado com a transferência de recursos proporcionados - imagine-se com o quê? - com a venda da Copel.

São argumentos muito exóticos do governo. Primeiro, ao qualificar de rombo um dinheiro dos aposentados e pensionistas, e segundo, deixando o ponto de interrogação de como R\$3 bilhões da Previdência do Estado, que seriam arrecadados com a venda da Copel, poderiam fazer o milagre - qual a multiplicação bíblica dos pães e peixes - de amenizar uma conta de R\$41 bilhões. Matemáticas complicadas demais para o entendimento dos cidadãos comuns e mesmo dos entendidos em cálculos, que estão interessados em verdades mais palpáveis.

A Copel, aos ouvidos de quem escuta estes argumentos, passou a ser a salvadora de todas as situações de dificuldades do governo, e ao mesmo tempo um incômodo, qual batata quente se perma-

necer nas mãos do estado. Ocorre também que, com a venda da sua companhia de eletricidade, o governo deixará de arrecadar dividendos, pois tem participação acionária na empresa e esse dinheiro irá fazer falta. O Estado contará com uma “galinha dos ovos de ouro” a menos, e justamente a mais poedeira. Ficará, portanto, ainda mais pobre e - se fizer novo exercício de futurologia - com mais dívidas pela frente.

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no artigo 13 da Lei nº 13030 de 28 de dezembro de 2000.

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 018/2001 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13030 de 28 de dezembro de 2000 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	Fonte	Valor
33903600	000	100.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA:

Código	Fonte	Valor
33903400	000	100.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.06.2001.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Visto:

Deputado VALDIR ROSSONI
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 73/2001

colocar, à disposição da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o servidor deste Poder Legislativo, JADERSON LUIS STANGHERLIN, Engenheiro Florestal matrícula nº 4776, até a data de 31.12.2001, para prestar serviços junto ao Instituto Ambiental do Paraná, sendo com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 6320/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19.06.2001.

(a) ABIB MIGUEL

Pedido de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

MARLISE HEINEN VIGNOLA, matrícula nº 40461, endereço Rua Comendador Macedo, 515, bairro Centro, cidade de Curitiba, CEP: 80060-030-PR, remuneração mensal estimada R\$713,42, CPF: 2005.950.79-34, telefone: 233-0614, lotação - Setor Odontológico, data de nascimento: 19/10/1950.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 200, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível E07.

(Prot. nº 6189)

Curitiba, em, 12.06.2001.

(a) MARLISE HEINEN VIGNOLA

Atas da Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 461/2000 e o deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 315/2000 e 59/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação

final aos seguintes Projetos de Lei nºs 579/99, 114/2000 e 323/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Custódio da Silva apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 046/2000 e 124/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 122/2001 e o deputado Tony Garcia apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 01/2000 e 319/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assi-

nada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Custódio da Silva apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 19/2000, 050/2000 e 83/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Resolução nº 10/2001 e o Projeto de Lei nº 459/98, e o deputado Luiz Fernandes Litro apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 069/2000, 189/2000, 377/2000, 114/2001 e 138/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária